



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O papel da Economia Social e Solidária na luta contra a Pobreza Infantil e Exclusão Social em Sintra

Aluna: Nádía Filipa Pascoal Marques

Mestrado de Economia Social e Solidária

Orientador: Professor Doutor Rogério Roque Amaro
Professor associado do ISCTE- IUL
Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021

“a criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe aos pais a principal responsabilidade primordial de lhe assegurar um nível de vida adequado. O Estado tem o dever de tomar medidas para que esta responsabilidade possa ser – e seja – assumida. A responsabilidade do Estado pode incluir uma ajuda material aos pais e aos seus filhos.”

A Convenção sobre os Direitos da Criança Adotada (2004)

Agradecimentos

Começo por agradecer aos meus pais e ao meu companheiro o apoio incondicional e afetuoso que me dão todos os dias, proporcionando alento para completar todo este percurso.

Agradeço também, aos meus amigos e familiares que me apoiaram nesta altura de Pandemia Covid-19, pois mesmo longe se fizeram presentes.

Gratifico a todos os professores, a formação académica que me concederam e possibilitaram adquirir novos conhecimentos ao longo deste Mestrado. Realço o meu orientador Professor Doutor Rogério Roque Amaro, toda a ajuda e conhecimento partilhado e toda a sua orientação e disponibilidade prestada.

Um agradecimento especial a toda a equipa da APDJ, que me permitiu a realização da dissertação e pela experiência profissional que me facultou e a todos os colegas, que estiveram sempre presentes para me auxiliar clarificando-me em todas as situações.

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente, apoiaram e contribuíram para finalizar esta admirável etapa.

Resumo

A luta contra a pobreza e a exclusão social é o objetivo central desta dissertação.

Para o alcançar, é fundamental identificar as famílias que apresentam um risco acrescido de pobreza ou exclusão social e determinar as razões implícitas a esta vulnerabilidade. Ao identificar estas situações das famílias em vulnerabilidade apoiadas pela APDJ (Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil), serão caracterizadas as ações para minimizar essas vulnerabilidades na luta contra a pobreza ou exclusão social das famílias em estudo.

Realizou-se uma análise estatística relativa a um período de quatro anos que mostra que as crianças correm maior risco de pobreza ou de exclusão social, inseridas em famílias vulneráveis, na Associação em estudo – APDJ.

A luta contra a elevada taxa de crianças em situação de pobreza ou exclusão social é fundamental para uma economia eficiente e competitiva e para uma sociedade justa para todas as gerações. A Economia Social e a Economia Solidária têm um papel importante para apoiarem e complementarem o combate à exclusão social e à pobreza infantil.

Ao longo da dissertação, serão abordadas as respostas sociais da Associação que visam a luta contra a Pobreza, Exclusão Social e a Pobreza Infantil.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão Social, Pobreza Infantil, Economia Social e Solidária

Abstract

The fight against poverty and social exclusion is the central objective of this dissertation.

To achieve this, it is essential to identify families that are at a higher risk of poverty or social exclusion and determine the underlying reasons for this vulnerability. When identifying these vulnerable families who are supported by APDJ (Association for the Promotion of Youth Development) a description of actions aiming to decrease these families' vulnerabilities will be provided, pertaining to the fight against poverty or social exclusion.

At APDJ, a statistical analysis was carried out related to data from a four-year period which shows that children inserted within vulnerable families are at greater risk of poverty or social exclusion.

The fight against the high rate of children in situations of poverty or social exclusion is fundamental for an efficient and competitive economy and for a fair society for all generations. Social Economy and Solidarity Economy play an important role in supporting and complementing the battle against social exclusion and child poverty.

Throughout the dissertation, the Association's social responses that aim to progress the fight against Poverty, Social Exclusion and Child Poverty will be addressed.

Keywords: Poverty, Social Exclusion, Child Poverty, Social and Solidarity Economy

Índice geral

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Índice geral.....	vii
Índice de quadros e figuras	ix
Glossário de siglas	xi
Introdução.....	1
I. Quadro Teórico	3
Capítulo 1. Pobreza – conceito	3
1.1 Pobreza Absoluta.....	4
1.2 Pobreza Relativa	5
1.3 Indicadores de pobreza	5
1.3.1 Em risco de pobreza - Monetária.....	5
1.3.2 Privação material extrema	6
1.3.3 Intensidade laboral baixa do agregado.....	7
1.4 Categorias Sociais da população face à vulnerabilidade da pobreza	7
1.4.1 Pessoas com qualificações profissionais baixas	7
1.4.2 Desempregados	8
1.4.3 Pessoas com baixa integração no mercado de trabalho.....	8
Capítulo 2. Exclusão social – conceito	11
Capítulo 3. Pobreza Infantil.....	13
3.1 Conceito de criança e os seus direitos	13
3.2 Conceito e Dimensões de Pobreza Infantil.....	15
3.3 Causas de Pobreza Infantil	17
Capítulo 4. A Economia Social e a Economia Solidária	19
4.1 Economia Social - Conceito	19
4.2 Economia Solidária – Conceito	20
4.3 Organizações da Economia Social e Solidária.....	21

II. Enquadramento da investigação empírica.....	27
Capítulo 5. Enquadramento do Estudo de Caso	27
5.1 Quadro Metodológico	27
5.2 Contexto legal e institucional da Pobreza Infantil em Portugal	31
5.3 Enquadramento do concelho de Sintra.....	33
5.4 Breve apresentação da APDJ	36
III. Estudo de Caso	39
Capítulo 6. Apoios da APDJ às famílias	39
Capítulo 7. Análise do Estudo de Caso.....	43
7.1 Preparação dos dados estatísticos	43
7.2 Análise Estatística	45
7.3 Dar ouvidos às crianças e perceber o que é para elas a pobreza infantil e como podem ajudar as crianças mais vulneráveis.	55
Conclusão	59
Identificar as situações de pobreza e vulnerabilidade das famílias em estudo.....	59
Caracterizar o que APDJ consegue minimizar na luta contra a pobreza e exclusão social das famílias	60
Considerações finais.....	62
Referências Bibliográficas	65
Índice anexos.....	69

Índice de quadros e figuras

Figura 5.1. Distrito de Lisboa com os 16 concelhos	33
Figura 5.2. Concelho de Sintra.....	34
Figura 5.3. Logotipo APDJ	36
Figura 7.1. Distribuição de Género por ano letivo	46
Figura 7.2. Média de Idade por Género e por ano Letivo	46
Figura 7.3. Nacionalidades por ano letivo.....	47
Figura 7.4. Tipo de Agregado familiar.....	47
Figura 7.5. N° Médio de Elementos do Agregado Familiar por ano Letivo	48
Figura 7.6. Local de Residência por género	48
Figura 7.7. Grau de escolaridade, segundo o género	49
Figura 7.8. Situação Profissional por Género	50
Figura 7.9. Grau de conhecimentos dos Rendimentos	51
Figura 7.10. Programa Famílias +	53
Figura 7.11. Apoio INCOM	53
Figura 7.12. Apoios INPAR.....	54
Quadro 4.1. Operadores da Economia Social	24
Quadro 4.2. Peso das IPSS, nos grupos de entidades ES	25
Quadro 7.1. Média de Rendimento das famílias	51
Quadro 7.2. Soma Capitação.....	51
Quadro 7.3. Capitação: Soma, Contagem e Média	52
Quadro 7.4. Abono	52
Quadro 7.5. RSI.....	52
Quadro 7.6. Desemprego por anos letivos	54

Glossário de siglas

AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
APDJ	Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil
AROPE	<i>At Risk Of Poverty or Social Exclusion</i>
CAF	Componente de Apoio à Família
FEAC	Fundo Europeu de Apoio a Carenciados
GEPE	Grupo de Entreeajuda para a Procura de Emprego
INCOM	Programa de Intervenção na Comunidade
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
LCP	Luta Contra a Pobreza
NIF	Número de Identificação Fiscal
NISS	Número de Identificação da Segurança Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONLCP	Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Procura Ativa de Emprego
PAFI(PSI)	Programa de Apoio Financeiro às Instituições Sem Fins Lucrativos Promotoras de Desenvolvimento Social e de Saúde
PELCP	Programa Europeu na Luta Contra a Pobreza
UE	União Europeia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

O papel da Economia Social e Solidária na luta contra a Pobreza Infantil e Exclusão Social em Sintra, leva-nos para uma pesquisa da luta contra a pobreza na Associação onde a discente trabalha atualmente – APDJ.

Na parte I desta dissertação é apresentado o quadro teórico, que engloba o Capítulo 1, 2, 3 e 4.

No primeiro Capítulo aborda-se os conceitos chave desta dissertação, o conceito de pobreza e os seus indicadores.

No Capítulo 2, trata-se do conceito de exclusão social, que tem subjacente uma questão: A pobreza está dentro da exclusão social ou a exclusão social está dentro da pobreza? O debate da temática pobreza e exclusão social é também conceptual.

No Capítulo 3, o tema é a Pobreza Infantil que nos leva ao conceito de criança e aos seus direitos. Seguidamente, aborda-se o conceito e dimensões de Pobreza Infantil e por último, as suas causas.

No Capítulo 4, encontra-se o enquadramento da Economia Social e Economia Solidária, os seus conceitos e a contextualização das Organizações da Economia Social e Solidária, levando-nos à definição de Associação.

Na parte II inicia-se a Investigação Empírica onde é retratado o Capítulo 5 com o enquadramento do Estudo de Caso, onde se começa por abordar o quadro metodológico, o contexto legal e institucional da Pobreza Infantil em Portugal, o enquadramento do concelho de Sintra e uma breve apresentação da APDJ.

Na parte III é desenvolvido o Estudo de Caso, onde são apresentados os Capítulos 6 e 7.

No Capítulo 6, desenvolve-se os apoios que as famílias recebem da APDJ e, no Capítulo 7, é a análise do Estudo de Caso, onde tem lugar a análise e a reflexão sobre os dados recolhidos. Ainda dentro deste Capítulo 7, dá-se ouvidos às crianças e percebe-se junto delas, o que é para as crianças a pobreza infantil e como podem ajudar as mais vulneráveis.

Na conclusão, desenvolvem-se as conclusões sobre os objetivos gerais, identificam-se as situações de pobreza e vulnerabilidade das famílias em estudo e caracteriza-se o que a APDJ consegue minimizar na luta contra a pobreza e exclusão social das famílias. Por último, apresentam-se as considerações finais desta dissertação.

I. QUADRO TEÓRICO

Nesta primeira parte da dissertação, enquadra-se o conceito de Pobreza e as suas várias modalidades, como, por exemplo, a Pobreza Absoluta e a Pobreza Relativa, distinguindo os seus conceitos. Posteriormente, referem-se os indicadores de pobreza que são fatores determinantes para conseguir medir o risco de Pobreza ou Exclusão Social, sendo eles: a Monetária, a Privação material extrema e a Intensidade laboral baixa do agregado.

CAPÍTULO 1. POBREZA – CONCEITO

Como ponto de partida é importante compreender que a pobreza não tem, no seu âmbito social e económico, uma única definição e significado unívoco. Assim, é importante consciencializar-se das suas diversas categorias, que tornam este um conceito polissémico, difícil de definir, como refere Sarmiento et al. (2010), citado por Diogo et al. (2015).

Por outras palavras, não existe uma única definição de pobreza amplamente aceite, mas sim vários conceitos teóricos aceites.

De um modo geral, a pobreza sempre foi vista como insuficiência de recursos a diversos níveis (rendimento, monetário, económico, social, ambiental, político) e foi a partir do final dos anos 70 que, sob influência da UE (União Europeia), se verificou que o conjunto dos países ricos apresentavam elevadas disparidades dos rendimentos.

A Comunidade Económica Europeia, com consciência de que o conjunto dos países ricos tinha disparidades ao nível dos rendimentos, apresentando grandes desigualdades, sentiu a necessidade de formular um Programa Europeu neste domínio.

O conceito de pobreza foi objeto de reformulação, não só no PELCP (Programa Europeu na Luta Contra a Pobreza), mas também pelo Banco Mundial e pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A desigualdade afirma-se como dimensão estrutural, com o Relatório do Banco Mundial de 2006 a afirmar:

“a distribuição desigual do poder entre os ricos e os pobres — entre grupos dominantes e subordinados — ajuda os ricos a manter o controlo sobre os recursos. (...) [A]s desigualdades económicas e sociais estão, elas próprias, embebidas em instituições sociais e culturais desiguais”.

World Bank (2006: 20).

Ao existirem as desigualdades económicas e sociais, sentiu-se a necessidade nesta altura de reformular o PELCP (Programa Europeu na Luta Contra a Pobreza). Com esta reformulação definiu-se então, a pobreza absoluta versus pobreza relativa, que serão diferenciadas no ponto 1.1 e no 1.2.

Como complemento à definição de Pobreza, refira-se Sandroni (1999: 274), citando Atkinson, onde no seu estudo de 1968 designado “*Social Science Research Council*” definiu pobreza como:

“[...] los individuos son pobres porque no tienen las oportunidades, comodidades y dignidad que se consideran normales en la comunidad a la que pertenecen. Por tanto, son las normas medias continuamente cambiantes de esa comunidad las que constituyen los puntos de partida para el cálculo de la pobreza; los pobres son aquellos que se encuentran lo suficientemente por debajo de esos niveles medios”.

Atkinson (1991: 56).

Concorda-se que a Pobreza é considerada uma situação de não acesso a recursos, que impede a pessoa de atingir os níveis básicos de bem-estar e dignidade, provocando privações nalgumas das áreas fundamentais.

Capucha (1998) afirma que a pobreza é transmissível de geração em geração. Que as famílias e grupos pobres formam comunidades fortemente integradas no ponto de vista interno, mas segregadas no contexto de sociedade. Complementa-se ainda, que o sentimento identitário, bem como as redes sociais de relacionamento que o suportam, tendem a fechar as pessoas, as famílias, e as comunidades pobres nos limites da sua própria precariedade, vivida como uma fatalidade a que as pessoas se resignam.

1.1 Pobreza Absoluta

A Pobreza Absoluta é considerada uma linha vermelha abaixo da qual as pessoas não têm dignidade de vida e mal vivem para sobreviver. Por outras palavras, assume-se como uma situação de incapacidade, desde: passar fome, não ter casa, não ter roupa ou mesmo serviços sanitários. Por sua vez, o que define uma “pessoa absolutamente pobre”, é igual em qualquer parte do mundo (Rogerio et al., 2016).

Conseguiu-se ter uma noção mais real do que realmente é a Pobreza Absoluta através de Sen (1985), em que não viver mal / viver bem pode ser considerado como ter um conjunto mínimo de requisitos ou recursos, que é transversal e independentemente de qualquer geografia, género, classe social, religião, tamanho do agregado familiar, graus de desenvolvimento económico dos países ou das famílias. É considerado pobreza absoluta estar privado de um conjunto de recursos mínimos, como por exemplo eletricidade, água potável ou alimentos.

A Pobreza deve ter por base uma unidade de medida global. Desta forma fica possível comparar os países entre si e não apenas por meio de percentagens relativas.

Certo é que viver com, por exemplo, 500€ por mês dá para necessidades diferentes na Nigéria, no Reino Unido, nos Estados Unidos ou em Portugal, também é verdade que a falta de acesso a água potável, considerada como um recurso básico é um indicador grave de pobreza em qualquer local do mundo.

O conceito de pobreza absoluta visa eliminar a variável do valor de alguns recursos, que altera consoante os países.

1.2 Pobreza Relativa

No que diz respeito à Pobreza Relativa, esta tem a ver com os rendimentos muito abaixo do nível médio da sociedade, ou seja, é uma pobreza por comparação aos rendimentos e estilo de vida da sociedade em que está enquadrada. Desta forma, as características de uma “pessoa relativamente pobre” em Portugal, implicam condições diferentes de outra relativamente pobre em qualquer parte do mundo.

Para complementar, face a estes dois conceitos, é mais urgente investir e intervir na eliminação da pobreza absoluta, enquanto que pode ser considerada diferente a necessidade de intervenção para combater a pobreza relativa.

1.3 Indicadores de pobreza

Em 2010, a Estratégia Europa 2020 adotou o indicador: “em risco de pobreza ou exclusão social” AROPE (*People at-risk-of-poverty or social exclusion rate*). Define-se como uma combinação de 3 importantes indicadores: “em risco de pobreza”, “privação material extrema” e “intensidade laboral baixa do agregado”.

1.3.1 Em risco de pobreza - Monetária

O indicador padrão europeu “em risco de pobreza” é “*proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente*” (INE, 2016).

Sendo assim, este é um indicador relativo para aferir pessoas com baixos rendimentos. É considerada uma pessoa no limiar de risco de pobreza com total de rendimentos inferior a 60% do rendimento mediano nacional.

A taxa de risco de pobreza infantil por nível de educação dos pais está relacionada com a taxa de risco de pobreza infantil. Apostar na educação é uma forma indireta de combater a pobreza das famílias.

1.3.2 Privação material extrema

Existem nove tópicos que cada indivíduo do agregado doméstico tem direito a ter. Se houver uma privação por ter dificuldades económicas e ser forçado a abdicar de pelo menos três destes itens o indivíduo, encontra-se em privação material severa.

Os nove itens que se encontram no INE (2019), são essencialmente a capacidade para:

1. Pagar imediatamente uma despesa imprevista e próxima do valor mensal da linha de pobreza não pedindo qualquer empréstimo;
2. Conseguir suportar as despesas de férias uma vez por ano, de uma semana para todos os membros do agregado, fora da sua habitação;
3. Pagar atempadamente rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal;
4. Conseguir ter uma alimentação pelo menos 2 em 2 dias de carne, peixe ou vegetariano;
5. Assegurar o aquecimento na habitação;
6. Possuir máquina de lavar roupa;
7. Possuir televisão a cores;
8. Possuir telefone fixo ou telemóvel;
9. Possuir um veículo automóvel, seja ele ligeiro de passageiros ou misto.

Após a análise pormenorizada destes 9 tópicos, não se pode valorizá-los todos com a mesma ordem de importância, ou seja, quando estamos a medir o grau de abdicar de um indivíduo ou família com o ponto 9, 8 e 7, não é o mesmo que abdicar de 1, 3, e 4. Ao analisar-se outros pontos, 6, 7 e 2, uma família pode lavar a roupa num *self-service*, não querer adquirir uma televisão e ir de férias com a sua família durante uma semana.

Desta forma, acha-se que ao abdicar de pelo menos três destes tópicos, não se pode considerar privação material extrema, mas sim privação material moderada, dependendo dos pontos analisados. Em suma, cada caso é um caso e deve ser analisado em prol de outros bens materiais, como por exemplo: possuir um fogão ou um forno na sua habitação.

1.3.3 Intensidade laboral baixa do agregado

Quando alguém, entre os 0 e os 59 anos, se encontra num agregado familiar onde pelo menos um adulto trabalhe menos de 20% face ao horário normal de trabalho, as pessoas desse agregado familiar podem estar numa situação mais provável de pobreza. Ou seja, não trabalham o suficiente para levar para casa rendimentos suficientes, dependendo, contudo, dos rendimentos que o outro adulto aufera.

1.4 Categorias Sociais da população face à vulnerabilidade da pobreza

No decorrer da pesquisa, analisou-se vários estudos que levam a diferentes categorias sociais de população, que estão mais propícias à vulnerabilidade da pobreza, com base em Bastos et al. (2008), baseando-se em Almeida et al. (1995), Costa et al. (1985), o que nos leva à identificação destas diversas categorias sociais:

- Idosos com pensões;
- Pequenos agricultores;
- Pessoas com qualificações profissionais baixas;
- Minorias étnicas;
- Desempregados;
- Pessoas com baixa integração no mercado de trabalho;
- Dependentes por doença ou deficiência;
- Reclusos;
- Novos pobres.

Para o Estudo desta dissertação, selecionou-se apenas 3 destas categorias sociais: pessoas com qualificações profissionais baixas, desempregados e pessoas com baixa integração no mercado de trabalho, que vão fazer parte integrante da amostra do Estudo de Caso, na III parte da dissertação.

1.4.1 Pessoas com qualificações profissionais baixas

Pode-se afirmar, com base em Ferreira (2010), que a pobreza está relacionada com o representante da família, pelo nível de escolaridade, embora as crianças dessas mesmas famílias possam vir a ter uma escolaridade menos baixa, tendo acesso à escola, conseguindo ter uma carreira com algum esforço, sendo assim superiores às dos representantes das famílias.

Por outro lado, se as crianças estiverem inseridas em contextos de famílias monoparentais, a tendência para a transmissão da pobreza é mais elevada de geração em geração, sendo que o

rendimento do representante familiar é apenas um. Neste contexto, o clima familiar, pode ser menos afetivo, o que leva à desmotivação da criança ao nível emocional e escolar.

1.4.2 Desempregados

Relativamente aos desempregados, as pessoas não recebem nenhuma renumeração, representando alguma vulnerabilidade à pobreza. Em alguns casos, as famílias recebem apenas o subsídio de desemprego. Porém, nestas circunstâncias, o subsídio é alterável em termos de duração e reduzido aos longo dos tempos, mas não ultrapassa o limiar da pobreza de cada família ou indivíduo. Em termos sociais, o desemprego está relacionado com a solidão do indivíduo, podendo provocar a desintegração social.

Cada família, dependendo do seu agregado familiar e situação profissional dos adultos, poderá atenuar a gravidade das condições das famílias. Existem duas situações de desemprego: o provisório, existindo um curto período com alguma dificuldade económica, sendo uma fase temporária; por outro lado, o desemprego com tempo alargado, ou seja, se o desempregado tiver uma ausência de rendimentos durante um período de tempo alargado, as instituições de solidariedade, são o auxílio para estas famílias, atenuando as suas dificuldades económicas.

O desemprego é mais atingido pelo género feminino e com esta situação, as famílias monoparentais em que o representante é do género feminino, assumem uma maior probabilidade de estarem em situação a pobreza.

Existem também, desempregados com baixos níveis de escolaridade que levam a qualificações profissionais reduzidas, traduzindo uma maior dificuldade em ingressarem no mercado de trabalho. Quando são inseridos no mundo profissional, mesmo com uma qualificação profissional reduzida, podem vir a ter uma melhoria significativa nas condições de vida. Por outro lado, os desempregados com um período mais alargado, remetem para situações de pobreza mais acentuadas, atingindo proporções por vezes mais graves. A população normalmente mais atingida em situação de desemprego situa-se na faixa etária entre os 40 e 50, existindo poucas oportunidades de emprego e de inserção profissional, o que poderá levá-los a uma vulnerabilidade de pobreza.

1.4.3 Pessoas com baixa integração no mercado de trabalho

A pobreza está fortemente ligada à segurança ou estabilidade laboral. A probabilidade de uma pessoa ficar desempregada e, conseqüentemente, sem rendimento é maior nos casos de precariedade laboral, onde se destacam exemplos dos horários de trabalho, vínculo laboral

como o tipo de contrato de trabalho de curta duração ou mesmo prestação de serviços. Ou seja, este rendimento é muitas vezes incerto, baixo e volátil.

Assim, as crianças destas famílias vivem num clima de instabilidade global. Desta forma, assim que começam a crescer, existe uma maior necessidade, por parte da família, de as integrar no mercado de trabalho, em vez de progredir com os estudos, representando uma potencial bola de neve das condições de vida ao longo de gerações.

CAPÍTULO 2. EXCLUSÃO SOCIAL – CONCEITO

A Exclusão Social teve diferentes definições ao longo dos tempos, mas foi no princípio dos anos noventa do século XX que a Comissão Europeia adotou o termo exclusão social, sendo influenciada pela OIT, tornando-se um foco de análise à escala mundial.

O conceito da Exclusão Social surge em diversas figuras clássicas da sociologia, realçando Marx e Bourdieu e Parkin. O foco prende-se na “classe social” e na dinâmica “dentro e fora” (Jiménez, 2008).

A primeira noção de exclusão surge com ativistas e estudiosos sobre as ideologias dos pobres, associando-os aos excluídos (Silver, 1994).

Nos anos 60, o termo exclusão social surge no âmbito do Movimento Ajuda a Todo o Tipo de Infortúnio, sendo este movimento o discurso promotor em que os excluídos socialmente passam a ser identificados por categoria socioeconómica.

A ação deste Movimento leva a uma definição de exclusão social totalmente diferente, sendo vista e confundida, até então, com a inadaptação. É através do livro de René Lenoir que se altera a forma de ver o objeto social, levando a um discurso liberal acerca da exclusão/inadaptação.

O termo de exclusão é depois reabilitado. Jules Klanfer, citado por Clavel (2004), refere que a exclusão é focada num contexto de desenvolvimento de vida precária, surgindo assim o Discurso Socialista sobre a exclusão / precariedade / pobreza / desigualdade.

Clavel (2004) refere que o termo da exclusão social, nos últimos 20 anos, tem vindo a substituir o termo de pobreza, no que diz respeito aos problemas que a sociedade moderna apresenta. Este autor defende ainda que a alteração de terminologia traduz essencialmente uma nova forma de resolver o problema de pobreza, focado na renovação da questão social, sob as múltiplas áreas que a exclusão social engloba, num contexto económico e social.

Segundo Diogo et al. (2015), a exclusão social é fundamentalmente um problema relacional, entre as ligações das pessoas e grupos com outras pessoas incluindo ainda as intuições e a própria sociedade. Acrescenta ainda, baseado em Diogo et al. (2015) que a exclusão social é considerada como estado extremo de um modo de marginalização, onde não há uma conexão entre os indivíduos e os próprios sistemas sociais, sendo estes o elo de ligação mais importante com o mercado de trabalho interligando o indivíduo à própria família, criando assim um estatuto social inclusivo, não só ao nível familiar, como ao nível afetivo e social.

Para Capucha (1998), a noção do conceito da exclusão social é abordada uns anos mais tarde, no II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, referindo os aspetos multidimensionais e dinâmicos da pobreza. No campo da ciência, procura-se uma definição mais concreta e comumente aceite, que distingue exclusão social e pobreza.

Surgindo desta forma, uma questão pertinente: A pobreza está dentro da exclusão social ou a exclusão social está dentro da pobreza? O debate da temática pobreza e exclusão social é conceptual e os problemas são reais. No entanto, todos procuram a diferença entre os dois conceitos, mas a procura da solução para os problemas continua aquém.

Segundo Diogo et al. (2015) os conceitos de pobreza e de exclusão social eram confundidos, sendo vista apenas a pobreza como um «problema social».

Os termos pobre e excluído são referidos em Capucha (1998), como alguém a quem falta algo, nomeadamente o rendimento, existindo assim uma desigualdade em termos de redistribuição dos rendimentos. Quando se refere que o pobre está em exclusão social no que diz respeito ao mercado de trabalho, o problema existencial é o conjunto de recursos para alcançá-lo. Desta forma, consegue-se identificar que o mercado de trabalho é uma componente para a integração social e não apenas pelo rendimento, pois ao existir uma segmentação diferenciada leva a uma precariedade no acesso ao emprego.

Na sociedade atual, a exclusão social não é apenas escassez de recursos, existindo situações em que as pessoas se encontram vulneráveis e não estabelecem laços de ligação. Para se sentirem membros dessa sociedade, Atkinson (1991) vem defender que, para se viver numa sociedade com direitos, tem de existir um nível mínimo, que define o limiar da pobreza.

“A inovação associada à criação de novas formas de resposta no combate à pobreza implica uma profunda reestruturação conceptual em torno da respectiva dimensão ‘económica’. Por exemplo, implica redefinir o emprego não como um fim em si mas como meio para o acesso a recursos monetários, para a criação e preservação de relações de interdependência social significativa e para facilitar a realização de direitos sociais. Implica recentrar o ‘económico’ nas condições bloqueadoras, ou facilitadoras, da satisfação de necessidades humanas.”

Henriques, José (2010: 12,13).

Salienta-se Castel (2000) que refere existirem duas classificações de pobres, os "pobres tradicionais" e os "novos pobres". Os novos pobres surgem de jovens desempregados que substituem a classe de idosos sem rendimento, ou famílias monoparentais que surgem em adição às famílias numerosas. Castel (2000) questiona e sugere que não devemos categorizar todos como pobres, e sim individualiza-los por cada tipo de dificuldades; de forma a poder identificar e agir em conformidade com cada tipo de necessidade, concordando-se com esta categorização que será posteriormente afirmada no decorrer da dissertação.

CAPÍTULO 3. POBREZA INFANTIL

A Pobreza Infantil está dividida em duas palavras que compõem o próprio conceito: Pobreza e Infantil.

Primeiramente, define-se o conceito criança e os seus direitos, pois o mundo infantil está evidentemente associado à palavra criança, definindo as diversas interpretações do próprio conceito e os seus direitos.

Seguidamente apresenta-se o próprio conceito de Pobreza Infantil e as suas dimensões, sendo o último ponto as causas de Pobreza Infantil.

3.1 Conceito de criança e os seus direitos

"O bem-estar das crianças de hoje está inseparavelmente ligado à paz do mundo de amanhã."

Henry Labouisse, diretor executivo do UNICEF de 1965 a 1979.

A palavra infantil está intimamente ligada à palavra criança, tendo um significado original, que hoje em dia, ninguém estaria disposto a citar, visto que o sentido etimológico está intimamente ligado a «babbeo» que em latim *babbaeus* significa idiota, incapaz de articular corretamente as palavras.

A criança é uma realidade que, ao longo da história, foi vista de formas bastante diferentes e que foi evoluindo, consoante a evolução da sociedade.

Na antiguidade, era comum a ceifa de vidas infantis, designada de infanticídio. O infanticídio era nos tempos antigos aceite na sociedade, era uma prática frequente para, por exemplo, controlar o aumento das populações após a natalidade.

Na idade média, entre os séculos V e XV, as crianças eram vistas como adultos em miniatura - *homunculus* - e, como tal, elas trabalhavam, comiam, divertiam-se e até dormiam no meio dos adultos. Nesta altura as crianças não entravam para a Economia, sendo vistas como pequenos adultos (Sarmiento et al., 2010).

Segundo Ariès (1973), após a Idade Média, a criança adquiriu uma visibilidade e uma maior diferenciação relativamente ao adulto, sobretudo nas classes superiores da sociedade e nos estratos sociais mais elevados. Pode dizer-se que houve uma certa individualização desta faixa

etária, em áreas do vestuário à linguagem, mas com uma maior incidência nos rapazes, nos séculos XVI e XVII.

A exploração do trabalho infantil, está intimamente ligada a colonialismo, tratando a criança como um escravo. Onde as crianças trabalhavam durante muito tempo, invocou-se uma ou outra finalidade nobre. É a exploração da lealdade, da sinceridade das crianças para com os adultos que torna este tipo de colonialismo particularmente hediondo. Usando as crianças como objeto de criminalidade, por serem leais e manipuláveis.

De acordo com Ariès (1986), ao longo da história o conceito de criança, no contexto das civilizações clássicas, detém sinais de uma valorização de educação, ou seja, começa a haver uma relação entre a constituição da categoria de infância e uma preocupação no que diz respeito à pedagogia da criança.

Daí para a frente, o conceito de criança evoluiu para uma centralização na pertença à família, sendo simultaneamente afastada do olhar público. No entanto, apesar desta evolução e segmentação, as crianças ainda não eram vistas como uma categoria social (Qvortrup, 1995).

Por haver esta privação na convivência com a sociedade, a visibilidade da criança, como um ser diferente do adulto, e não apenas como um pequeno adulto, apenas era consciente por parte dos pais e professores (Qvortrup, 1995).

A Revolução Industrial foi um processo de grandes transformações económicas e sociais, que começou na Inglaterra no século XVIII, sendo um marco histórico na sociedade. Antes as crianças cresciam no seio de uma família tradicional, alargada e intacta. Nessa altura, as crianças habitavam sobretudo o meio rural, onde as mulheres cuidavam dos seus filhos nos primeiros anos de vida. Depois, com a Revolução Industrial, muitas crianças passaram a viver nos meios urbanos, em famílias reduzidas ao mínimo fisiológico, maioritariamente em condições higiénicas e sociais degradantes e muitas vezes, objetos de trabalhos de exploração infantil.

A partir de meados do séc. XX, a criança é definida como pessoa. Deixando de ser vista, sem direitos e sem estatuto social, embora sem deveres, começando a ser vista como uma pessoa enquanto criança. A criança passa a ser o indivíduo com mais direitos do que qualquer outro, e deixa de haver o direito de posse sobre a criança como um objeto, passando a ser humano com direitos próprios.

Dando corpo a esta orientação, após a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a abolição da escravatura nos Estados Unidos (1865), a Declaração Universal dos Direitos do Homem ONU (1948), foi adotada em 1959 a Declaração Internacional dos Direitos da Criança, na Assembleia Geral da ONU. Só nesta altura, é considerado o primeiro código

internacional que reconhece os direitos das crianças, em matéria de cuidados de saúde, nutrição, educação e proteção.

No entanto, só 30 anos mais tarde, a 20 de Novembro de 1989 é que esta declaração foi ratificada e aceite por muitos países. Apenas um ano depois, à data de 21 de Setembro de 1990, Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança.

Ratificar esta convenção tem uma importância vital, na medida em que o estado ou país assume pública e internacionalmente a sua vontade expressa de priorizar e resolver as problemáticas associadas à faixa etária infantil.

Desta forma, esta nova medida apresenta-se nos países que adotaram a convenção, como um documento orientador legislativo, definindo um ponto convergente de opiniões e objetivos para os direitos básicos das crianças, no domínio internacional.

A adoção da Declaração dos Direitos da Criança reafirma o empenho dos povos e das organizações, na defesa da causa das crianças e ainda incentiva a promoção de políticas e medidas destinadas a melhorar a pobreza e os direitos da criança.

Em 1961, a UNICEF preocupou-se em integrar programas de educação dedicados à saúde infantil. A ONU declarou o Ano Internacional da Criança em 1976, com o intuito de alertar a sociedade a nível internacional para aclamar os direitos das crianças e promover medidas.

Refira-se que, em 1979, foi criado o Comité Português para a UNICEF através de iniciativas de amigos da UNICEF. Em 1985, a Assembleia Geral define um objetivo comum da UNICEF e da OMS, de dar vacinação a todas as crianças até 1990.

Em 1987, foi lançado o estudo de referência da UNICEF “Ajustamento com um rosto humano”, que deu origem a um debate global sobre como proteger as crianças e mulheres dos efeitos negativos dos programas de “ajustamento estrutural” e das reformas económicas implementadas para reduzir a dívida nacional nos países mais pobres.

3.2 Conceito e Dimensões de Pobreza Infantil

No que diz respeito à pobreza previamente detalhada no Cap. 1 da dissertação, mas definindo de uma forma sintética, a pobreza incide essencialmente na insuficiência de recursos numa perspetiva multidimensional, e não apenas em termos de rendimento, recursos monetários e económicos.

Concorda-se desta forma com Sandroni (1999: 274) que a pobreza é um: “estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais, impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de

alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação. O problema está ligado à capacidade produtiva da sociedade, embora atinja até mesmo camadas sociais marginalizadas de países altamente desenvolvidos. A pobreza manifesta-se mais intensamente nos países subdesenvolvidos”.

A pobreza infantil está normalmente associada aos países em desenvolvimento, por neles existirem guerras e conflitos que provocam a fome das crianças e suas famílias, como também as doenças ou mesmo morte prematura do feto/bebé, existindo uma pobreza extrema.

Se os adultos negligenciam os seus próprios deveres, ou por outro lado não têm capacidade monetária para sustentarem a criança que está à sua responsabilidade, encontra-se numa situação de pobreza, concordando assim com as palavras de Bastos et al. (2008) de que a família é o pilar do bem-estar infantil.

Nesta mesma linha de análise, pode-se observar que, nas definições de pobreza infantil, o foco monetário não é o tema central para definir esta problemática, conforme afirmou Minujin (2006).

Concorda-se assim que a Pobreza Infantil é muito mais do que viver com rendimentos baixos, é a criança e a sua família não terem uma habitação, não terem acesso à Educação ou à Saúde. A falta de rendimento é só um pilar que dificulta o acesso a alicerces e serviços, desde as crianças não terem atividades extracurriculares, ou uma simples visita de estudo, ir a festas de aniversários ou ir de férias com a família, ou inscrever-se numa outra atividade que gostariam muito. Desta forma, nota-se que as crianças não têm as mesmas oportunidades para se desenvolverem e participarem no que realmente querem, existindo desta forma uma desigualdade global. Para que haja uma igualdade, a UNICEF afirma que:

“a criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe aos pais a principal responsabilidade primordial de lhe assegurar um nível de vida adequado. O Estado tem o dever de tomar medidas para que esta responsabilidade possa ser – e seja – assumida. A responsabilidade do Estado pode incluir uma ajuda material aos pais e aos seus filhos.”

(A Convenção sobre os Direitos da Criança Adotada, 2004).

O mundo infantil, ao longo dos tempos, sofreu algumas alterações no que diz respeito ao conceito de criança, à sua interpretação e aos seus direitos. Com estas alterações, evoluiu também a consciencialização da sociedade face à pobreza infantil em particular.

Bastos et al. (2008) cita o Trabalho Colectivo IOE (1989) e Silva (1991:7) em que:

“A infância, tal como a conhecemos actualmente, é o resultado de um longo processo de institucionalização que foi cristalizando sucessivos conjuntos de normas e significações sobre o que é ou deve ser uma criança.”

Após a análise de vários relatórios, enfatiza-se o “Fazer avançar o Processo de Inclusão Social na União Europeia” que foi realizada em Luxemburgo com o intuito de construir panoramas concisos, para permitir o bem-estar Infantil – *Task-force* (Sarmiento et. al., 2010).

Nesta Task-force Europeia definiu-se sete dimensões de bem-estar e pobreza infantil que são:

- 1.Segurança Económica e situação material;
- 2.Habitação;
- 3.Meio ambiente;
- 4.Saúde;
- 5.Educação;
- 6.Relações sociais e ambiente familiar;
- 7.Exposição ao risco ou comportamento de risco.

Para esta análise não foram consideradas as crianças em situações de vulnerabilidade especial, ou seja, as crianças em orfanatos, imigrantes, crianças com deficiência, entre outras crianças que pertencem a uma categoria transversal.

Na sequência do relatório realizado pela *task-force*, houve várias recomendações da Comissão Europeia, para defesa das crianças.

3.3 Causas de Pobreza Infantil

É através do Programa Europeu que surge uma mudança, a partir de uma investigação profunda do que é realmente a pobreza, originando programas inovadores de luta contra a pobreza (Kraatz, 2018).

Nas três edições do PELCP são apresentadas as seguintes Estratégias inovadoras de resposta:

1. A saída da pobreza tem de assentar na própria pessoa, introduzindo o princípio de participação, ou seja, ser a própria pessoa a entrar no seu próprio processo, fazer a mudança com a própria pessoa;

2. Visão integrada e não setorial da LCP – falamos do princípio da integração, olhar o plano como um todo, associar a questão social com a saúde, a educação, a habitação, etc;
3. Cooperação entre as instituições pertinentes (do lado da sociedade), primando o princípio da parceria, com enfoque não apenas no indivíduo, mas também no acesso aos recursos, às escolas, à segurança social, às IPSS, etc;
4. O enraizamento e a mobilização da comunidade – desenvolvimento local;
5. Adequação a cada caso, ou seja, respostas à medida, adequadas a cada situação/caso, estando subjacente o princípio da flexibilidade;
6. Necessidade de ter em conta o tempo demorado da LCP – o princípio da longevidade de pobreza.

Estes 6 pontos referidos acima, irão ser cruciais para o desenvolvimento desta dissertação. A estratégia nº3 é o ponto de partida, sendo o elemento de estudo: a Associação em que a discente está inserida profissionalmente.

Numa visão da UE, a pobreza infantil inclui as crianças de idades compreendidas entre os 0 e os 17 anos em risco de pobreza ou exclusão social, conforme o AROPE.

São consideradas as crianças em risco de pobreza ou exclusão social as que estão inseridas em família com agregados de pelo menos, um dos três cenários: risco de pobreza após as várias transferências sociais (pobreza monetária), a privação material severa ou intensidade de trabalho muito baixa.

Concorda-se inteiramente que: *“As crianças vivem em pobreza se o rendimento e os recursos disponíveis para o seu sustento são inadequados para terem um padrão de vida considerado aceitável na sociedade em que vivem e tido como suficiente para assegurar o seu desenvolvimento social, emocional e físico. Devido ao aumento da pobreza as crianças e as suas famílias podem experimentar múltiplas carências devido aos baixos rendimentos, ambiente e habitação pobres, cuidados de saúde insuficientes e dificuldades na educação. Elas são frequentemente excluídas e marginalizadas de atividades sociais, desportivas, recreativas e culturais que normalmente outras crianças usufruem e em participam. O acesso daquelas crianças aos direitos fundamentais pode ser restringido e limitado, elas podem experimentar situações de estimulação e discriminação e as suas vozes em podem ser não escutadas.”* (Eurochild e EAPN, 2013:9).

CAPÍTULO 4. A ECONOMIA SOCIAL E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Social e a Economia Solidária têm um denominador em comum que é a “Economia” sendo uma definição substantiva, representando apenas uma parte da Economia Real, para além da que é normalmente analisada, medida e controlada. Será apresentado neste capítulo o conceito da Economia Social e Economia Solidária, respetivamente. Posteriormente será abordado o tema das Organizações da Economia Social e Solidária, com o intuito de inserir e contextualizar as organizações na temática desta dissertação, em que o objeto de estudo está inserido numa Associação.

4.1 Economia Social - Conceito

O conceito de Economia Social surge em meados dos anos 30, no séc. XIX, em que o seu aparecimento está intimamente relacionado com 2 importantes fatores: A Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

A Economia Social nasce da crítica à economia liberal vigente em diversas zonas da Europa. É nesta altura, que alguns autores começam a fazer propostas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, sendo este um elemento de desenvolvimento. Tal ocorre a partir da história económica na Europa, cuja lógica se baseou numa visão racionalista da vida em sociedade e dos processos produtivos, contra a qual reagiu a Economia Social, assumindo que não se age apenas pela razão. É através de Karl Polanyi, que analisa a grande transformação, provocada pela industrialização, que se identificam os quatro princípios económicos da Economia Real:

- Domesticidade;
- Reciprocidade;
- Redistribuição;
- Mercado.

Destes 4 princípios, aquele que constitui o ADN de Economia Social (e também da Economia Solidária) é a reciprocidade.

Existem duas formas de definir a Economia Social. A primeira definição surge no início do século XIX, onde se consegue identificar (depois alargadas praticamente a todo o mundo) 4

formas jurídicas: as cooperativas, as associações, as fundações e as mutualidades. (Dicionário internacional da outra Economia, 2009)

A segunda definição consiste em realçar os traços comuns das empresas e organizações que a Economia Social agrupa, em que os quatro princípios que a suportam e representam são:

a) o objetivo social é superior ao objetivo financeiro de gerar lucro. Desta forma, as atividades têm como objetivo a prestação de serviços à comunidade, interna ou externa. À comunidade interna como membros, sócios, colaboradores e/ou respetivos familiares, ou à comunidade externa, como o território onde as atividades se desenvolvem.

b) independência na administração. É essencial que estas organizações disponham de independência na forma de atuação e na tomada de decisões.

c) os membros internos têm poder de decisão democrático. As decisões não são apenas tomadas pela administração. Por outro lado, todos têm igual poder de decisão, de forma democrática, independentemente do capital detido, anos de adesão à comunidade, idade, entre outros.

d) valorização das pessoas das comunidades e das atividades sociais desenvolvidas ao invés da distribuição dos lucros. Desta forma, existem inúmeros exemplos e práticas aplicadas, como por exemplo a distribuição de lucros ou de participações da empresa aos trabalhadores ou membros internos.

A definição da Economia Social, é a junção da primeira e a segunda, complementando-se assim, uma com a outra.

4.2 Economia Solidária – Conceito

A Economia Solidária é um conceito utilizado em vários continentes com focos e objetivos diferentes, tendo como ponto crucial e de referência a própria ideia. É neste contexto de solidariedade democrática que, referido por Laville (2004), começa a ganhar influência e a fortalecer não só, perante o Estado, como na própria democracia.

A Economia Solidária tem tido também, de forma progressiva, impacto na política e na sociedade civil, assumindo-se como parceira para um processo de desenvolvimento local e nacional.

É a partir dos finais de 1990, que a Economia Solidária e a Economia Social tiveram um papel importante na implementação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP).

Segundo Singer (2002), a Economia Solidária, apesar de estar integrada no modo de produção capitalista, ocupa-se da produção de mercadorias e de serviços sem fins lucrativos,

numa lógica oposta à do capitalismo, porque assente na solidariedade, na cooperação e na democracia. Porém, o capitalismo não é apenas o modo de produção, mas sim toda a estrutura legal e institucional focada nos próprios valores e interesses. A Economia Solidária surge com particular força nas crises sociais e económicas, em que o capitalismo só se torna viável quando partes importantes da sociedade, sem interesses capitalistas, tomam consciência que pode ser mais benéfico ter uma produção comum, com outros valores.

Por outro lado, a economia solidária suporta o desenvolvimento social sustentável, ao satisfazer as necessidades de todos os indivíduos, não se limitando a olhar para a geração em que atua, mas olhando com uma visão integradora e de sustentabilidade entre gerações (Carta Nacional de Economia Solidária, 2003).

Além disso, no artigo de Costa (2016), refere-se que a Economia Solidária dilui as consequências de impactos sociais como a falta de integração social, a precarização do trabalho ou o desemprego. Neste mesmo artigo, o autor refere ainda que a existência e o funcionamento ativo da Economia Solidária têm permitido respostas à precarização do trabalho, que de outra forma seria mais grave. Por outro lado, o autor levanta a questão de olhar-se para os mecanismos existentes no capitalismo e questionar-se se as causas efetivas dos problemas que são revolvidos/amenizados, nas suas manifestações, pela Economia Solidária estão realmente erradicadas.

Ainda que se possa discordar do tom e do peso crítico dessas considerações, elas são uma forma de olhar para a questão não resolvida de descoincidência entre discursos e práticas das experiências. Apesar da consistência dessas críticas e considerações, a Economia Solidária permanece uma aposta teórica e uma prática com várias modalidades, além, evidentemente, de uma realidade material e histórica que não pode ser apagada pela sua diversidade.

4.3 Organizações da Economia Social e Solidária

As organizações da Economia Social e Solidária contribuem cada vez mais para responder aos novos desafios da Economia e da sociedade mundial.

No território português, a realidade e o papel das organizações na Economia Social e Solidária sofreu mudanças ao longo dos tempos. Contudo, a expressão “Economia Solidária” ainda não tem reconhecimento oficial (nos documentos legais), pelo que, no caso português, se utilizará preferencialmente a designação de Economia Social.

Em Portugal, as organizações representam um importante papel na prestação de serviços sociais, que estão em falta no mercado ou, que existindo no mercado, não estão acessíveis a

todos os públicos, prevenindo a exclusão desses públicos no acesso a esses serviços, cumprindo assim duas funções económicas: eficiência e equidade (Azevedo, 2012).

Segundo os dados mais recentes da Conta Satélite para a Economia Social, as entidades deste setor têm carências líquidas financeiras, usando apenas os valores em serviços que a própria entidade pratica, não existindo a possibilidade para investimento num plano estratégico com capacidades para obterem mais resultados positivos.

Como consequência, as entidades da Economia Social dificilmente têm meios para atingir a sua sustentabilidade, e em vez de se concentrarem na sua missão, utilizam uma parte significativa do seu tempo a angariar fundos (GTPIS, 2014).

Por outro lado, devido aos conhecidos problemas financeiros dos sistemas de proteção social, é cada vez maior a pressão para que os financiamentos públicos atribuídos sejam menores e fiquem sujeitos a uma avaliação mais rigorosas.

É através da Carta dos Princípios da Economia Social, da *Social Economy Europe*, que se consegue identificar e reconhecer a Economia Social mundialmente.

São os seguintes esses princípios:

- Dar o prioridade ao indivíduo e ao próprio objetivo social sobre o respetivo capital;
- Associar-se livremente e voluntariamente;
- Ter um princípio democrático dos próprios filiados, salva a exceção das fundações que não apresentam associados;
- Interligar os interesses dos filiados ou dos beneficiados com interesses gerais;
- Proteger e aplicar os fundamentos, no que diz respeito à parte Solidária e Responsável;
- Ter uma gestão autónoma e independente do setor público;
- Serem afetados maioritariamente os excedentes, até se conseguirem obter os objetivos de desenvolvimento sustentável e ainda, até conseguirem prestar os serviços de interesse não só, gerais como também, para os próprios filiados.

Para um enquadramento do significado da Economia Social num contexto de sistemas contabilísticos em Portugal, segue a definição:

“Conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus

associados, correspondendo um voto a cada um deles, ou, em qualquer caso, são realizadas através de processos decisórios democráticos e participativos. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de «não mercado» a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.”

(Evolução recente da economia social na União Europeia, 2017: 7).

Num contexto teórico, existem várias abordagens no que diz respeito à Economia Social, nomeadamente o conceito da OSFL (Organização sem fins lucrativos). Foi a partir de 1990 que este conceito ganhou maior amplitude em todo o mundo, através de uma investigação internacional da Johns Hopkins University (Baltimore, EUA). Nesta investigação, o ponto de partida era conhecer o sector das OSFL, entender a sua evolução e perceber que impactos provocavam na sociedade. As OSFL são constituídas por 5 critérios fundamentais:

- Organizações;
- Privadas;
- Autónomas;
- Entidades que não distribuem lucros;
- Com participação voluntária.

Nesta dissertação, sentiu-se a necessidade de contextualizar as OSFL e é através do Dicionário Internacional da Outra Economia (2009), que se enquadra uma das componentes da Economia Social, sendo consideradas as OSFL todas as outras formas de livre associação com o intuito de produzir bens ou serviços, não tendo como principal objetivo o lucro da própria associação. Assim, uma associação ou entidade local representa o foco socio-político da organização, representando um espaço de auto-organização política ou mesmo, um espaço de proximidade. A associação é assim considerada um local para formação de diversos paradigmas: técnico-profissionais, cidadania, educação ambiental, consumo consciente, entre outros temas focados em temáticas de interesse para a Economia Solidária (Laville, 1994; França Filho, 2004).

Após este enquadramento das OSFL, sentiu-se a necessidade de contextualizar as (IPSS) Instituições Particulares de Solidariedade Social, visto que a Associação em estudo se insere nas IPSS. Desta forma, consegue-se observar no Quadro 4.1, o enquadramento das empresas da Economia Social e as organizações microeconómicas desse domínio.

Quadro 4.1. Operadores da Economia Social
Fonte: Conta Satélite Economia Social (2019)

SETOR INSTITUCIONAL SEC 2010		EMPRESAS DA ES E ORGANIZAÇÕES MICROECONÓMICAS
PRODUTORES MERCANTIS	Sociedades não financeiras (S11)	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas (de trabalhadores, agroalimentares, consumidores, ensino, transportes, habitação, cuidados de saúde, sociais, etc.) Empresas sociais Outras empresas baseadas em associações Outros produtores mercantis privados (algumas associações e outras pessoas coletivas) Instituições sem fins lucrativos ao serviço de organizações não financeiras da economia social Sociedades não financeiras controladas pela economia social
	Sociedades financeiras (S12)	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas de crédito Companhias seguradoras mutualistas* e sociedades mutualistas de previdência Cooperativas de seguros Instituições sem fins lucrativos ao serviço de organizações não financeiras da economia social
	Administrações públicas (S13)	—
PRODUTORES NÃO MERCANTIS	Famílias (S14)**	<ul style="list-style-type: none"> Instituições sem fins lucrativos ao serviço de famílias de dimensão limitada
	Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (S15)	<ul style="list-style-type: none"> Associações de ação social*** Fundações de ação social*** Outras organizações sem fins lucrativos ao serviço das famílias (culturais, desportivas, etc.)

(*) Exceto organizações de gestão do sistema de segurança social e, de um modo geral, sociedades mutualistas cuja filiação seja obrigatória ou que sejam controladas por empresas da economia não social.

(**) O setor das famílias (S14) inclui empresários em nome individual e sociedades em nome coletivo sem personalidade jurídica que são produtores mercantis e não pertencem à economia social. Inclui também organizações sem fins lucrativos de dimensão limitada («de pequena importância») que são produtores não mercantis e não fazem parte da economia social.

(***) Organizações sem fins lucrativos que são produtores não mercantis privados, com filiação e participação voluntárias e autonomia estratégica e funcional, e cujo objetivo consiste na prossecução de objetivos de bem-estar social através do fornecimento de bens ou da prestação de serviços sociais ou de mérito, a título gratuito ou a preços que não são economicamente significativos, a pessoas ou grupos de pessoas que são vulneráveis, socialmente excluídas ou em risco de exclusão. Estas organizações constituem o *terceiro setor de ação social*, que faz, obviamente, parte da economia social.

Através do quadro dos Operadores da Economia Social, consegue-se contextualizar que a Associação em estudo pertence aos Produtores não Mercantis, no campo das Instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, sendo esta uma Associação de ação social.

Desta forma, concorda-se que “Numa associação, o mais importante deve ser o indivíduo e não o capital, isso torna possível que pessoas de diferentes condições sócio-económicas se igualem em termos de direitos dentro da organização.” (Carvalho 2016, 143).

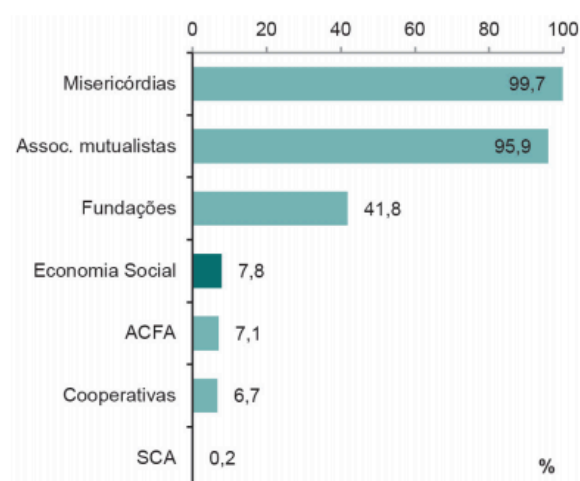
Consequindo-se assim, afirmar que Associação em estudo tem estes valores focados nas próprias famílias e não no capital, o que será desenvolvido no Ponto 5.4.

Nesta mesma linha de pensamento a “Grande parte das associações é repleta de conflitos, devido a diferentes interesses e prioridades, não há como fugir das relações de conflito com o trabalho coletivo que é natural e até certo ponto importante. O maior desafio é orquestrar os conflitos de maneira que eles sejam positivos e sirvam para o crescimento e desenvolvimento da organização e não levem a uma desagregação social e econômica.” (Carvalho 2016, 146).

Para finalizar este capítulo, faz-se um enquadramento das IPSS no setor da Economia Social e é através da Conta Satélite Economia Social (2019) que se confirma que há um acréscimo das entidades com o estatuto de IPSS com cerca de 0,7% comparativamente ao ano 2013 a 2016.

Do total das 5622 entidades da Economia Social, registadas em 2016, consegue-se observar, no Quadro 4.2., as percentagens das que possuem estatuto de IPSS, por tipologia: 99,7% das Misericórdias, 95,9% das Associações Mutualistas, 41,8% das Fundações, 7,8% da Economia Social, em geral, 7,1% das ACFA (Associações Com Fins Altruísticos), 6,7% das Cooperativas e apenas 0,2% do SCA (Subsector Comunitário e Autogestionário).

Quadro 4.2. Peso das IPSS, nos grupos de entidades ES
Fonte: Conta Satélite Economia Social (2019)



II. ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Inicialmente, a investigação passaria por recolher entrevistas individuais e coletivas, histórias de vida na escola onde a discente está inserida, junto das crianças e dos Encarregados de Educação. Porém, a pandemia de Covid-19 provocou perturbações significativas no estudo, sendo que foi expressamente proibida a entrada dos Encarregados de Educação nas escolas, impossibilitando assim o contato direto e de proximidade para se fazerem as entrevistas. Ainda se ponderou realizar estas entrevistas via on-line, mas além da escola fechar por algum período de tempo devido à pandemia, alguns pais têm dificuldades de literacia e não têm acesso a um computador.

Em função desta situação, teve que se alterar as técnicas de recolha e os métodos de análise, que serão detalhadas no Ponto 5.1.

CAPÍTULO 5. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO DE CASO

Neste quinto Capítulo, apresenta-se o Quadro metodológico, sendo um método qualitativo de Estudo de Caso, com indicação das técnicas de recolha e dos métodos de análise. Seguidamente, apresenta-se o contexto legal e institucional da Pobreza Infantil em Portugal. Para um melhor enquadramento, identifica-se o concelho de Sintra e os seus indicadores sociais, sendo este o concelho da Associação em estudo. Por último, apresenta-se a respetiva Associação APDJ.

5.1 Quadro Metodológico

Numa vertente metodológica, optou-se por realizar uma investigação com o método qualitativo do Estudo de Caso. Dentro deste método, foram selecionadas 3 técnicas de recolha: a entrevista, a pesquisa documental e a observação participante.

A entrevista foi um ponto de partida deste Estudo de Caso, enquanto que a pesquisa documental e a observação participante foram igualmente imprescindíveis para o complemento da investigação.

A partir das técnicas de recolha, permitiu chegar-se aos 2 métodos de análise principais: a análise de conteúdo documental e a análise estatística. A análise de conteúdo documental é a reflexão das entrevistas recolhidas que a Associação disponibilizou: os Diagnósticos Sociais, enquanto a análise estatística é o reflexo do estudo de toda a informação desses diagnósticos.

○ **Investigação Qualitativa**

O paradigma da investigação qualitativa, centra-se numa pesquisa centrada na compreensão da temática da Pobreza, Pobreza Infantil e Exclusão Social. Desta forma, nesta investigação qualitativa, ter-se-á uma postura analítica, focando-se essencialmente em obter dados autênticos e profundos, com o intuito de estar mais focado no processo em si, e na própria dinâmica, do que propriamente nos resultados que se vão obter.

Numa vertente metodológica, optou-se por realizar um estudo qualitativo, conforme as indicações da UNICEF, que segue uma linha de estudo maioritariamente qualitativa, completando as componentes quantitativas da análise, conseguindo compreender a realidade da vida das crianças e das suas famílias (UNICEF-CEE/CIS, 2008).

○ **Estudo de caso**

O Estudo de Caso é definido por um método de investigação que comparando com outros métodos, contém menos construção e é menos manipulável, sendo assim, um processo mais em aberto, com menos controlo e tornando-o assim mais real (Léssard-Hébert et al, 1994).

Elegeu-se o Estudo de Caso, por ser um método que permite à discente trabalhar a informação que conseguiu recolher sem limitações, sendo um processo com uma amplitude em aberto, transformando-o numa análise de um caso real.

Em continuidade do enquadramento do quadro metodológico, seguem descritas as 3 técnicas de investigação, respetivamente:

○ **Entrevista**

Realizou-se algumas entrevistas de carácter exploratórias com a Assistente Social – Marta Santos, sendo esta membro da direção na Associação onde a discente trabalha. Realizaram-se reuniões via Zoom, optando-se por esta via devido às escolas estarem fechadas, no decorrer da pandemia Covid-19. Defende-se que a entrevista é um método com aplicação de procedimentos de comunicação específicos e de interação, conseguindo retirar desta técnica de recolha de dados informações bastante enriquecedoras, conforme defende Quivy et al. (1992).

Foi através destas entrevistas, que se conseguiu obter os dados para a análise documental, que se entendem como os diagnósticos sociais, anteriormente realizados pela Associação a todas as famílias que usufruíram do apoio da APDJ.

○ **Pesquisa documental**

A pesquisa documental realizou-se com diversas leituras exploratórias, para primeiro entender o que já foi pesquisado e compreender melhor as temáticas e perceber o que já foi escrito sobre os temas para conduzir à pertinência do objeto de estudo e do seu quadro teórico (Quivy et al., 1992).

Toda a pesquisa documental foi fulcral para o desenvolvimento desta dissertação. Inicialmente leu-se diversas bibliografias de documentação já publicada, que conduziu a outras obras nas temáticas da pobreza, pobreza infantil, exclusão social, Economia Social e Solidária existentes nas bibliotecas e on-line. As aulas do Mestrado também contribuíram para o conhecimento mais profundo destas temáticas, mais especificamente a cadeira Economia Solidária, Bem-Estar e Coesão Social, com o Professor Doutor Rogério Roque Amaro.

A pesquisa constante na internet contribuiu igualmente para a pesquisa documental, desde documentos e sites oficiais, comunicação social, como também artigos científicos e estatísticas fidedignas.

○ **Observação participante**

A discente trabalha na Associação em estudo, atuando em diversas escolas do concelho de Sintra. A escola que a discente está inserida é a E.B.1 e JI Agualva-Cacém nº3, com Crianças do Pré-Escolar e 1º Ciclo.

O facto de a discente trabalhar na Associação em estudo, tem-se uma noção clara do público-alvo e do próprio ambiente tendo um contato direto, e consegue-se observar de forma real, sendo uma vantagem para a investigação. Como se observou em tempo real, foi importante ser-se seletiva e reflexiva para interpretar os dados (Yin, 1994).

Realizou-se então, uma ficha de Observação Participante (Anexo A) em que se conseguiu reter bastante informação.

A observação participante como técnica científica é uma enorme vantagem para o processo de estudo, e segundo Quivy et al. (1992) é imprescindível a apreensão dos comportamentos no próprio momento em que se produzem, criando momentos espontâneos em que a autenticidade desses acontecimentos são tão ou mais importantes que as palavras e os documentos escritos.

A observadora deve-se submeter às condições particulares do meio envolvido e estar atenta a dimensões que se possam revelar importantes para o estudo (Lessard-Hébert et al., 1990).

Concorda-se com o que diz Albarello (1997), que o procedimento indutivo parte da observação do próprio meio envolvente.

Para realizar uma observação-participante é imprescindível que a observadora participe e que seja aceite ao ponto de se integrar no grupo, de forma que quase se esquece que é observadora. O que acontece neste caso, visto que é trabalhadora da própria Associação em estudo.

Após a análise destes 3 métodos de investigação fulcrais para a realização desta dissertação, seguem os 2 métodos de análise: a análise ao conteúdo documental e análise estatística.

○ **Análise de conteúdo documental**

A análise de conteúdo documental é baseada nos Diagnósticos Sociais (Anexo B), em que estes são destinados aos Encarregados de Educação de cada criança selecionada para ter apoio na APDJ, sendo estes diagnósticos realizados pela Assistente Social.

Conforme se pode observar no Anexo B, o Diagnóstico Social é composto por 3 partes: a primeira a Identificação (do responsável pela criança), a segunda sobre o Agregado Familiar e a terceira o orçamento familiar e a gestão. Através destes Diagnósticos Sociais, a APDJ criou documentos em Excel que são compostos por diversas questões/respostas que serão detalhadas no Capítulo 6.

A análise de conteúdo documental é realizada através destes documentos em Excel, disponibilizados pela APDJ. Estes documentos estão divididos por anos letivos, visto ser o mais indicado no contexto inserido, ou seja, de Setembro a Junho de cada ano letivo, de 2016 até ao ano 2020.

○ **Análise estatística**

Na dissertação será apresentada uma análise estatística da recolha documental da APDJ, visto não existir nenhuma estatística sobre os Diagnósticos Sociais da Associação.

Esta análise estatística, será realizada com base na informação da análise de conteúdo documental, ou seja, os documentos em Excel dos dados dos Diagnósticos Sociais.

Antes de se iniciar a análise estatística, uma das partes cruciais é o tratamento de dados, pois sem eles não seria possível a execução desta estatística.

A análise estatística foi realizada às 168 famílias apoiados pela APDJ, em 4 anos letivos, de 2016-2017 a 2019-2020. Cada família é contabilizada como uma unidade em cada ano letivo de apoio, ou seja, se uma família foi apoiada durante 2 anos letivos, considera-se como 2 famílias para o total das 168 apoiadas.

5.2 Contexto legal e institucional da Pobreza Infantil em Portugal

Em Portugal existem diversas Instituições e Organizações que trabalham no combate à pobreza e às desigualdades, que acabam por ter um peso positivo na sua erradicação.

O âmbito de ação desses organismos é logo previamente estipulado na Constituição da República Portuguesa, na VII Revisão Constitucional (2005) que acaba por traduzir a diretiva da Convenção dos Direitos da Criança no Artigo 69.º, onde referencia os seguintes direitos na infância:

1. As crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições.
2. O Estado assegura especial proteção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.
3. É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.

Além da legislação, muitas outras leis e decretos-lei foram introduzidos e modificados, com vista ao superior interesse da criança, nomeadamente:

- à Lei de proteção de crianças e jovens em perigo - Lei nº 147/99 de 1 de Setembro;
- ao enquadramento jurídico específico para crimes sexuais e registo de condenados por crimes sexuais contra crianças - Lei nº 103/2015, de 24 de Agosto;
- à Garantia dos alimentos devidos a menores - Lei nº 75/98, de 19 de Novembro;
- à Regulamentação da Lei nº 75/98, de 19 de Novembro - DL nº 164/99, de 13 de Maio;
- à Proteção de crianças e jovens em perigo - Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei Nº 31/2003, de 22 de Agosto e pela Lei nº 142/2015, de 8 de Setembro;
- às Medidas de proteção contra a exploração e abuso sexual de crianças - Lei nº 113/2009, de 17 de Setembro;
- à Lei tutelar educativa - Lei nº 166/99, de 14 de Setembro;
- Regime penal aplicável a jovens delinquentes - DL 401/82, de 23 de Setembro.

Acrescenta-se ainda, que a Direção-Geral da Política da Justiça, Ministério da Justiça (2009), apresenta as tipologias das situações na classificação dos processos de promoção e proteção dos tribunais, no que diz respeito aos: maus tratos; abusos sexuais; abandono ou

entregue a si próprio; ausência de cuidados ou de afeição adequados à idade e situação pessoal; obrigação de prestação de trabalhos excessivos ou inadequados à formação e desenvolvimento; sujeição a comportamentos que afetam gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; assunção de comportamentos, atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, formação, educação ou desenvolvimento (entregues à mendicidade, entregues à vadiagem e/ou libertinagem, entregues à prostituição); abuso de bebidas alcoólicas; uso ilícito de estupefacientes; assunção de outros comportamentos, atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, formação, educação ou desenvolvimento.

Concorda-se com Ferreira (2010: 237) que *“o modelo de proteção à Criança em Portugal estrutura-se no sistema de Segurança Social e no subsistema de Solidariedade Social, valorizando a preservação da família e a manutenção da criança no seio familiar.”*.

De uma forma mais abrangente, as medidas de políticas para a Infância na área da Segurança Social (2007) são essencialmente:

- Promover a cidadania ativa e a inclusão;
- Incentivar a natalidade e apoiar as famílias com mais filhos;
- Promover a conciliação da vida profissional e familiar;
- Apoiar as famílias no exercício das funções parentais;
- Agilizar a adoção;
- Promover a desinstitucionalização de crianças;
- Qualificar as respostas sociais;
- Qualificar o sistema de proteção das crianças e jovens em perigo.

Consegue-se notar através do Pordata (2019), com dados de 2019, que nas crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 18 o risco de pobreza é de 19,1%, maior que a média nacional com 16,2%.

Existindo dois tipos de agregados familiares: as famílias portuguesas com um adulto com crianças têm uma probabilidade de estar em risco de pobreza de 33,9%, e família com dois adultos e três ou mais crianças dependentes representando 30,2% de probabilidade de risco de pobreza, sendo que estas famílias com crianças estão entre as categorias sociais onde a incidência da pobreza é maior (INE 2019). Observe-se que "crianças dependentes" são consideradas todas as pessoas com menos de 18 anos, e entre os 18 e 24 anos que sejam economicamente dependentes.

Em Portugal, são aproximadamente 2 milhões habitantes que se encontram em situações de pobreza, em que 300000 são crianças em vulnerabilidade de pobreza (Alves, 2009:133).

5.3 Enquadramento do concelho de Sintra

O Concelho de Sintra é o 2.º maior concelho em população do país, com cerca de 386 mil habitantes, em que o 1.º é Lisboa com 547 733 habitantes. O Município de Sintra apresenta um crescimento destacado relativamente à média nacional (1,95%), entre 2001-2011. Porém, este crescimento no quadro metropolitano enquadra-se como moderada, com uma taxa de crescimento de 5,67%. Sintra apresenta-se com um crescimento demográfico intermédio e equivalente a outros municípios da AML (Área Metropolitana de Lisboa) (Censos, 2011).

Através da Figura 5.1, consegue-se observar o distrito de Lisboa, com 16 concelhos, sendo eles: Lourinhã, Cadaval, Azambuja, Torres Vedras, Alenquer, Sobral Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Loures, Odivelas, Amadora, Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra e Mafra.



Figura 5.1. Distrito de Lisboa com os 16 concelhos
Fonte: Câmara Municipal Sintra

No seguimento do concelho de Sintra, este subdivide-se em 17 freguesias Colares, S. João das Lampas, Terrugem, Pêro Pinheiro, Almargem do Bispo, Montelavar, Casal de Cambra, Belas, Rio de Mouro, Algueirão-Mem Martins Monte Abraão, Queluz, Massamá, Agualva-Cacém, Santa Maria e S. Miguel, S. Pedro de Penaferrim e S. Martinho.



Figura 5.2. Concelho de Sintra
Fonte: Câmara Municipal Sintra

Relativamente ao quadro nacional e regional do Município de Sintra, através do Censos (2011), consegue-se ter uma noção que Sintra tem cerca de 4% da população total nacional, o que equivale a 10 562 178 habitantes. Os habitantes de toda a Área Metropolitana de Lisboa, são cerca de 13% dos habitantes, equivalente a 2 821 876. O total da população dos 8 municípios do setor Norte da Área Metropolitana de Lisboa é cerca de 20%, incluindo o Município de Lisboa, o que equivale a 1 905 591 habitantes.

Ainda através dos Censos (2011), se se atender à densidade populacional, verifica-se que comparando os municípios da sub-região da Península de Setúbal e os municípios da região da Grande Lisboa, estes encontram-se mais densamente povoados do que os municípios da sub-região da Península de Setúbal.

O CLAS (Concelho Local da Ação Social) no concelho de Sintra desenvolve ações com os diferentes agentes locais, de forma a garantir uma igualdade entre os parceiros, tendo em consideração: o conhecimento, a identidade, as potencialidades e os valores de cada indivíduo, a partilha, a participação e a colaboração, com objetivos definidos:

- “a) combater a pobreza e a exclusão social e promover a inclusão e coesão sociais;
- b) promover o desenvolvimento social integrado, através de um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos;
- c) incentivar redes de apoio social que contribuam para a cobertura equitativa do concelho em serviços e equipamentos sociais e para a minimização ou erradicação da pobreza e da exclusão social;

d) garantir uma maior eficácia e uma melhor cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local;

e) promover espaços de análise e discussão dos problemas e potencialidades, dando-lhes visibilidade, potenciando uma consciência coletiva e responsável sobre os diferentes problemas sociais;

f) criar canais regulares de comunicação e informação.” Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.

Dentro do concelho de Sintra, existem os Indicadores Sociais que também vão permitir uma linha condutora para a análise a ter em conta na dissertação, sendo eles:

- Evolução da População;
- Desemprego;
- Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Poder de Compra;
- Preço habitação por m2;
- Educação.

A autarquia de Sintra contempla alguns planos de carácter social em diversas zonas do Concelho, que se pode encontrar no site da Câmara Municipal de Sintra, tais como:

- Plano para o Acolhimento e Integração de Refugiados no Concelho de Sintra (PAIR/SINTRA);
- Plano Municipal para a Igualdade, Cidadania e Promoção da Dignidade Humana;
- Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Sintra 2018/2020;
- Plano Local de Saúde 2018/2020.

Estes programas estão intimamente ligados à luta contra a Pobreza, Exclusão Social, Pobreza Infantil no Concelho.

Existe ainda, o Regulamento ReaVIVA Sintra Programa de participação para a realização de obras de imóveis em ARU's que visa a requalificação de alguns locais do concelho apoiando as boas práticas de construção e fomentando as ações de economia local, Diário da República (2019).

Elegeu-se o concelho de Sintra pela localização da Associação em estudo - APDJ “Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil”, atuando em diversas Freguesias, sendo que a discente trabalha na Escola EB1 N.º3 de Agualva, como Técnica de Atividades de Tempos Livres numa CAF (Componente de Apoio à Família).

A CAF são as atividades de animação socioeducativa organizadas que se subdividem em CAF no Pré-Escolar¹ e CAF no 1.º ciclo, sendo também dirigidas aos alunos do 2.º e 3.º ciclos. No decorrer do ano letivo, existem paralelamente as AEC (atividades de enriquecimento curricular) (Diário da República, 2015).

Existe um protocolo entre o Município de Sintra e o Agrupamento de Escolas nomeado por Programa "À Descoberta dos Tempos Livres". Este Programa inclui crianças dos 3 aos 15 anos, que frequentem o jardim de-infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do município de Sintra.

5.4 Breve apresentação da APDJ



Figura 5.3. Logotipo APDJ
Fonte: APDJ

A APDJ (Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil) é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), fundada a 11 de Dezembro de 1998, sendo intitulada como Associação Juvenil e edificada por Escritura Pública. Tem o registo N.º 28/11 do livro n.º 13 das Instituições Particulares de Solidariedade Social, a partir do dia 28 de Novembro de 2006. É sediada na Rua Paulo Reis Gil nº55 em Queluz, onde tem disponível os serviços administrativos, a direção, as consultas de psicologia e terapia da fala, com um *open space* para trabalharem os diferentes departamentos, existindo ainda, formações internas e externas. Muito recentemente, a APDJ tem outro espaço onde guarda os diferentes projetos de ação social, que serão referidos ao longo da dissertação.

A APDJ é uma Associação multidisciplinar de ação social que atua na intervenção comunitária com os seus valores assentes na Dignidade, na Solidariedade e na Inovação, que seguem respetivamente:

- Dignidade: em todas as ações valoriza-se o respeito por cada pessoa como ser único, com direitos, liberdade de escolha e motor do seu próprio desenvolvimento;

¹ nomeadas por Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

- Solidariedade: cria-se redes de apoio e suporte para os clientes, em estreita ligação com os parceiros, com o intuito de responder com prontidão às necessidades sentidas;
- Inovação: acredita-se que o sucesso reside em ações novas, diferentes em constante evolução, que acompanhem os interesses, expectativas e vontades dos próprios clientes.

O seu principal foco de ação é essencialmente apoiar crianças, jovens e as suas famílias, implementando ações educativas, de proteção e de promoção do desenvolvimento, não só cultural, como também físico e psicossocial.

Outro foco de ação é dar resposta às problemáticas e às necessidades da própria comunidade, viabilizando a educação e a saúde mental, através de 3 pontos cruciais:

1. Focar na organização e gestão para dar respostas sociais ampliadas em serviços e equipamentos diversificados, flexíveis e de qualidade;
2. Focar na promoção de um leque de atividades multidisciplinares, promovendo o desenvolvimento da pessoa, da família e da própria comunidade;
3. Focar na promoção de um leque de atividades multidisciplinar com o intuito de potencializar a educação e formação profissional da pessoa, da família e da comunidade.

A APDJ atua em diferentes escolas (Anexo C), inseridas no concelho de Sintra.

Em 2020, houve uma reestruturação na própria direção e nas unidades de ação, como se pode observar no cronograma da organização interna (Anexo D).

Neste momento, a APDJ tem 4 grandes unidades que se conjugam entre si:

- Unidade operacional;
- Unidade de AAAF (Ação de Atividades de Animação e Apoio à Família);
- Unidade de Intervenção no Desenvolvimento da Criança e de Apoios à Família;
- Unidade de Multisserviços de Educação e Formação.

A Unidade operacional é constituída pela:

- Direção (Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário e Vogal);
- Serviços Administrativos e Financeiros;
- Recursos Humanos;
- Compras;
- Economato.

A Unidade de Ação de Atividades de Animação e Apoio à Família é responsável pelas atividades de animação e apoio à família, em que a APDJ nomeou para cada grupo de AAAF:

- as Mini-Criações são a valência do Pré-Escolar
- as Criações são a valência do 1º ciclo
- as Criações + são a valência do 2º ciclo.

Esta unidade é constituída por: Responsável da Unidade de Ação, Coordenadores de Equipa, Técnicos de Atividades de Tempos Livres, Monitores de 2ª e Ajudantes de Educação.

A Unidade de Intervenção no Desenvolvimento da Criança e de Apoios à Família

- Responsável da Unidade de Intervenção;
- GAT (Gabinete de Atendimento Técnico);
- Serviço Social;
- Programa: Famílias +, INPAR+, INCOM;
- Raízes2 (Programa E7G);
- Projeto “Dois Dedos de Reflexão”.

A Unidade de Multisserviços de Educação e Formação

- Responsável da Unidade de Multisserviços;
- Formações internas e externas;
- AEC;
- Campos de férias.

² É um projeto de inclusão social, ao abrigo da 7ª Geração do Programa Escolhas, sediado no Bairro 1º de Maio, em Monte Abraão.

III. ESTUDO DE CASO

É imprescindível iniciar a investigação, com o que foi mencionado no quadro metodológico, no Capítulo 5, no ponto 5.1, em que se está perante uma investigação qualitativa do Estudo de Caso com 3 técnicas de recolha: a entrevista, a pesquisa documental e a observação participante.

A entrevistas são de carácter exploratórias com a direção da APDJ, para recolher a informação e os dados. A pesquisa documental tem por base os temas centrais desta dissertação: Pobreza, Pobreza Infantil, Exclusão Social e Economia Social e Solidária. Com a observação participante, consegue-se ter uma noção clara do público-alvo e do meio envolvente, visto que a discente trabalha na Associação em estudo.

Os 2 métodos de análise são a análise de conteúdo documental e a análise estatística. Na análise de conteúdo documental realizou-se o tratamento de dados, tendo por base tabelas com informação realizadas pela Associação dos Diagnósticos Sociais, recolhidos durante 4 anos. A análise estatística tem por base a análise aos diagnósticos sociais da APDJ de 2016 a 2020, em que as crianças destas famílias estão inseridas em Escolas Públicas, desde o Jardim de Infância ao Ensino Básico do concelho de Sintra, com as escolas parceiras da APDJ. Esta análise estatística permitirá obter dados específicos e profundos sobre as famílias em estudo.

É através do Capítulo 6 e Capítulo 7 que se irá permitir realizar o Estudo de Caso: Apoios da APDJ às famílias e Análise do Estudo de Caso.

CAPÍTULO 6. APOIOS DA APDJ ÀS FAMÍLIAS

Dentro da Unidade de Intervenção no Desenvolvimento da Criança e de Apoios à Família referido no 5.4, a APDJ tem o Programa Famílias +, sendo um programa de cariz social, que apoia famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, promovendo às famílias da Associação a autonomia e tomada de decisão dos seus beneficiários. Este programa é subdividido em: Mercearia+, Ação Mercearia Solidária, Ação Boutique Solidária, Boutique +, respetivamente:

- Mercearia +: existe o apoio mensal da Mercearia + com alimentos não perecíveis, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal. Para receberem este apoio, as famílias são selecionadas através da realização de um diagnóstico social, existindo uma lista de compras (Anexo E), com diversos produtos e cada família que

beneficia do apoio, tem um *plafond* para gastar, consoante a capitação do agregado familiar. A grande inovação é que as próprias famílias podem escolher os produtos disponíveis na Mercearia+ através de uma lista, fomentando à família autonomia. Desta forma, as famílias entregam a lista dos produtos que necessitam à APDJ e posteriormente é entregue à família os produtos escolhidos.

- Ação Mercearia Solidária: O principal objetivo desta ação é angariar produtos para a Mercearia + (Anexo F). Os produtos para a despensa solidária são essencialmente alimentos não perecíveis, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal. A recolha destes produtos é realizada durante o período letivo nas escolas dos diversos agrupamentos com os quais mantém parcerias, no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família, com a participação de docentes, auxiliares de educação, dos pais das crianças, de colaboradores da APDJ e de todos os trabalhadores nas escolas, podendo todos desta forma contribuir para esta campanha. Durante todo o ano, no âmbito da Unidade de Intervenção no Desenvolvimento da Criança e de Apoios à Família, a APDJ recebe ainda o apoio em equipamentos de educação.
- Ação Boutique Solidária: A Boutique Solidária é uma ação de caráter solidário, na recolha e doação de roupa usada para crianças. A Ação Boutique vai às escolas para recolher roupa usada de criança, onde existe a participação de todos os trabalhadores das escolas, os pais dos alunos e os próprios colaboradores da APDJ.
- Boutique +: Após a Ação de Boutique Solidária, da recolha, seleção e organização da roupa, a Boutique+ vai às escolas, existindo um canto destinado à distribuição da roupa pelas famílias que necessitem de roupas de crianças.

Existia também a Ação Boutique Solidária na Casa Animada³, onde as famílias mais carenciadas podiam ir gratuitamente buscar roupa, mas se alguma família quisesse dar um pequeno contributo monetário, mesmo que seja pequeno, pode contribuir para se sentir que ao estar a ser ajudada, está a ajudar outras famílias doutra maneira - a lei da reciprocidade. Neste momento, já não está disponível este espaço, passando esta ação solidária a partir deste novo ano letivo 2020-2021 para outro espaço em Queluz, perto da sede.

³ A APDJ tinha uma parceria com a União de Freguesias de Massamá/Monte Abraão para gerir a Casa Animada, sendo um Centro de Animação Ludo-pedagógica, com o intuito de responder às necessidades de cada família, fomentando o desenvolvimento psicossocial harmonioso de cada criança e jovem e das suas famílias.

Durante o decorrer dos anos letivos, existem diversas campanhas para não só angariar dinheiro para ajuda monetária da Associação, como também para a sua divulgação. Detalhando-se diversas Campanhas:

- “A Quermesse de Natal e Rifas” (Anexo G) é realizada na altura do Natal, em que cada espaço da APDJ realiza brindes para que possam ser posteriormente distribuídos por todas essas mesmas escolas, para se venderem rifas;
- “A missão Luas a metro” (Anexo H), é uma celebração do 22º aniversário da APDJ e o objetivo é ligar escola a escola, parceiro a parceiro, metro a metro afim de atingir a meta 94,550 metros. Cada metro percorrido, equivale a 0,10€ angariados, sendo que o desafio é para os colaboradores da APDJ em que o percurso pode ser realizado a correr, a andar ou de bicicleta ligando cada escola ou cada parceiro que contribui para a Associação;
- A “Revista Técnica DESENVOLVER - Reflexões sobre a infância e a família”(Anexo I), nasceu na altura de Pandemia e já conta com a 9ª edição mensal. O objetivo é divulgar e ajudar as famílias, existindo relatos e exemplos para que possam também igualmente ser ajudados.
- Os convívios que se realizam nas férias letivas, no Carnaval, na Páscoa, no Natal e nos aniversários da APDJ (Anexo J - Os convívios).
- “Kit mãos à Obra” foi um projeto que nasceu na altura de pandemia, com o objetivo de angariar fundos para a Associação e também para a aquisição dos kits com diversos jogos didáticos para as crianças realizarem em casa. (Anexo K)

Ainda dentro desta Unidade de Intervenção no Desenvolvimento da Criança e de Apoios à Família, existe o Gabinete de Atendimento Técnico (GAT), onde vêm colmatar a falta de recursos ao nível da comunidade educativa, existindo cada vez mais crianças e jovens com problemáticas ao nível emocional, social e cognitivo. Estas famílias têm igualmente dificuldades ao nível social e económico, existindo propostas com o intuito de oferecerem protocolos à comunidade educativa que facilitam o acesso a estes serviços.

Este protocolo oferece um leque de acompanhamento às famílias e às próprias crianças da APDJ, passando por uma Avaliação Psicológica, Consulta de Psicoterapia, Grupos Terapêuticos, Consulta de Neuropsicologia, Reeducação da leitura e Escrita, Promoção de competências cognitivas – Clubes de Estimulação Cognitiva, Programa de Promoção da Fluência da Leitura, Programa de Promoção de Competências de Estudo, Orientação

Vocacional, Consulta de Psicologia e Terapia da Fala, Grupo de estimulação, Consciência fonológica (idades 4-5 anos).

Estas Consultas/Acompanhamentos são maioritariamente realizados no espaço físico das Instituições/Escolas (Anexo L), com o intuito de otimizar o tempo que a criança está no espaço, evitando deslocação do Encarregado de Educação dentro dos seus horários de trabalho. Caso não haja a possibilidade da realização deste acompanhamento nas Instituições/Escolas, a APDJ disponibiliza a sua sede para a realização das consultas, mesmo em tempos de pandemia COVID-19.

A APDJ tem também, um INCOM “Programa de Intervenção na Comunidade”, que ajuda as famílias que se encontram em situação de desemprego, encaminhando-as e motivando-as para a reinserção no mercado de trabalho. Para combater a situação de desemprego, existem quatro ações no âmbito da INCOM:

- GEPE (Grupo de Entreaajuda para a Procura de Emprego);
- PAE (Procura Ativa de Emprego);
- Aulas de português para Estrangeiro;
- Divulgação formativa.

Todas estas ações são um apoio à inserção profissional com um acompanhamento personalizado aos desempregados, em fase de reinserção profissional, e dinamização de aulas.

De acordo com dados do CLAS, no concelho de Sintra, a população residente tem uma média de habilitações do ensino básico, o que traduz uma baixa escolaridade, não só nos adultos, como também pelo abandono escolar precoce dos mais jovens.

A população alvo da APDJ, tem uma taxa de escolaridade baixa, tendo igualmente uma dificuldade de acesso a recursos para adquirir conhecimentos técnicos direcionados para a sua atividade profissional. O insucesso escolar no concelho de Sintra tem uma incidência de valores significativos, como o abandono escolar precoce, as repetências contínuas que levam à permanência de crianças e jovens com idade superior ao ano que deviam frequentar, que levam por vezes à desmotivação para completarem os estudos básicos.

A APDJ promove a divulgação de cursos de formação profissional com diversas equivalências escolares, ajudando desta forma as famílias a terem acesso às formações, procura de emprego, aulas de português e toda a ajuda de acordo com o pedido/problema identificado.

CAPÍTULO 7. ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

Os dois grandes objetivos específicos desta análise do Estudo de Caso são os seguintes:

- Identificar as situações de pobreza e vulnerabilidade das famílias em estudo;
- Caracterizar o que APDJ consegue minimizar na luta contra a pobreza e exclusão social das famílias.

Conforme já foi mencionado, o Diagnóstico Social (Anexo B) é um documento para preencher pelo Encarregado de Educação de cada criança, em que as famílias mais vulneráveis, podem usufruir das diversas ajudas da Associação em Estudo - APDJ.

7.1 Preparação dos dados estatísticos

Antes de se iniciar a análise, existem vários pontos que se teve de ter em consideração. Uma vez que a informação se encontrava dispersa por vários ficheiros, um para cada ano letivo, agregou-se toda a informação numa tabela única, sendo acrescentado aos dados iniciais uma coluna com um identificador ID e o ano letivo, para ser possível uma análise mais detalhada e organizada.

Na preparação dos dados, foi necessário reordenar as colunas de cada ficheiro para criar uma estrutura igual para ter a mesma ordem de tópicos e ser possível juntar todos os dados numa única tabela. Apagou-se informação pessoal, devido à proteção de dados e sigilo profissional, desde o nome, NIF (Número de identificação Fiscal), NISS (Número de Identificação da Segurança Social) e outras observações de cariz pessoal.

Criou-se uma coluna para a idade de cada entrevistado e foi apagada uma linha de informação, entrevistado 120, que apenas continha o ano letivo do apoio, o género e a data de nascimento, por se considerar um erro de preenchimento que não chegou a ser apagado previamente.

Os campos ou parâmetros que foram sujeitos a análise e onde não havia informação, foram preenchidos como "Desconhecida".

No seguimento do tratamento de dados, existem algumas considerações a reter para esta análise:

- Em cada coluna da tabela existe informação diferente identificada no cabeçalho respetivo;

- Em cada linha da tabela existe informação de um agregado familiar apoiado;
- Um mesmo agregado familiar que apareça com registo em dois anos é registada duas vezes em duas linhas diferentes, sendo atualizada no novo registo toda a sua informação social e económica;
- Ao se referir que, por exemplo 20 pessoas, receberam apoio no ano letivo 2019-2020, não há informação sobre ser um apoio novo ou repetido.

Para finalizar o tratamento de dados, conclui-se a Tabela de Análise em Excel (Anexo M), em que os cabeçalhos das colunas representam as perguntas dos diagnósticos sociais, enquanto que as respostas estão nas células, correspondendo a cada família/Encarregado de Educação em linha, com o respetivo tratamento de dados.

Segue então, a informação dos respetivos cabeçalhos que enquadram os dados dos Encarregados de Educação:

- Género: caracteriza o sexo do representante familiar da criança, permite perceber o estatuto familiar;
- Data Nascimento/ idade: permite perceber a idade que cada representante familiar tem;
- Nacionalidade e Naturalidade: indica se a população alvo são portugueses, migrantes, estrangeiros, se têm indicadores e tendência, por essas situações, para a Pobreza;
- Situação Profissional; analisa a situação da inserção no mercado de trabalho, nomeadamente se estão desempregados, e quais os tipos de empregos mais recorrentes neste público-alvo. Tenta perceber a integração no mundo profissional, em que o desemprego é um desenrolar da pobreza, sendo igualmente um meio de exclusão social, pois, não existindo rendimentos, origina a desintegração social;
- Escolaridade: indica qual o nível de escolaridade, se está intimamente relacionado com baixo nível de educação, que é uma característica da pobreza;
- Habitação:
 - Tipo de Agregado familiar;
 - N° elementos por habitação;
 - Local de Residência: inserção social.
- Abonos: refere se recebe ou não abonos;
- RSI (Rendimento Social de Inserção): indica se têm ou não o RSI;
- SD (Subsídio de Desemprego): permite saber se recebem ou não o SD;

- SSD (Subsídio Social de Desemprego): idem se recebem ou não o SSD;
- Rendimentos: indica os rendimentos que cada família recebe mensalmente;
- Capitação: para se obter a capitação de cada família, usa-se a seguinte fórmula:

Soma dos rendimentos – Soma das despesas

Nº de Pessoas do agregado familiar

- Programa Famílias +: Programa da APDJ para ajudar as famílias mais vulneráveis:
 - Mercearia +: Se a família recebe apoios alimentares e produtos de limpeza/higiene;
 - Boutique +: Se a família recebe apoios de vestuário da Associação.
- FEAC (Fundo Europeu de Apoio a Carenciados): refere se a família recebe algum FEAC;
- INPAR:
 - R. Comunitários;
 - Acolhimento Social;
 - (+) sementes;
 - PROCOM;
 - PAFI (PSI) Programa de Apoio Financeiro às Instituições Sem Fins Lucrativos Promotoras de Desenvolvimento Social e de Saúde.
- INCOM:
 - GEPE: se a família foi encaminhada para o respetivo Grupo de ajuda para procurarem emprego;
 - PAE (Programa de Apoio ao Emprego): se a família foi encaminhada para o PAEMPREGO.

Para facilitar a logística na procura de dados individualizados, criou-se uma tabela vertical (Anexo N), onde simplifica a visualização dos dados de cada unidade familiar.

7.2 Análise Estatística

Como referido anteriormente, a análise estatística é realizada a 168 famílias apoiadas pela APDJ, em 4 anos letivos, de 2016-2017 a 2019-2020. Cada família é contabilizada como uma unidade em cada ano letivo de apoio, ou seja, se uma família foi apoiada durante 2 anos letivos, considera-se como 2 famílias para o total das 168 apoiadas. Embora seja discutível, optou-se por considerar o total de casos ou “unidades familiares apoiadas” (e não número de famílias) nos quatro anos letivos, porque há variações nos apoios de ano para ano, para a mesma família e, deste modo, se pode proceder a uma análise dos tipos de apoios prestados, nas suas diferentes

modalidades. Claro que depois há que ter atenção nas interpretações dos dados e nas conclusões a tirar.

Começa-se a análise na Figura 7.1 que mostra a distribuição de género dos Encarregados de Educação por cada ano letivo. Consegue-se reter que as 168 “unidades familiares” das crianças apoiadas na APDJ são maioritariamente referenciados a Encarregados da Educação do género feminino, mais concretamente 86% do género feminino e 14% do género masculino, sendo que esta conclusão se verifica também para as famílias de cada ano letivo.

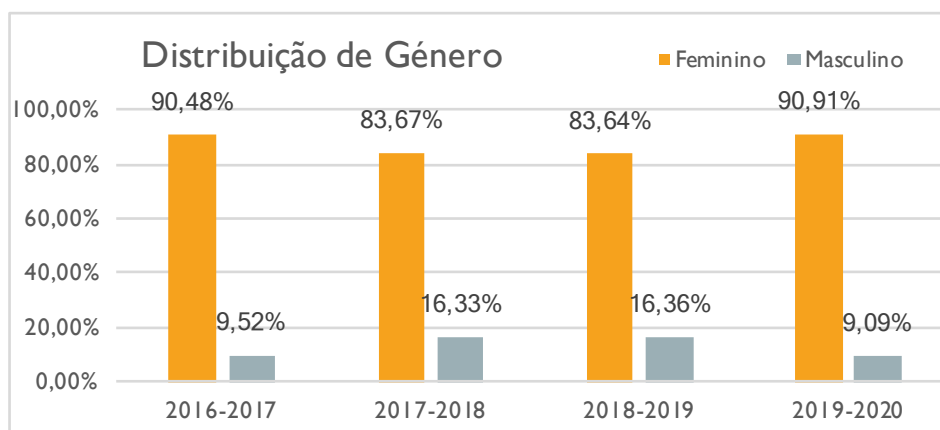


Figura 7.1. Distribuição de Género por ano letivo
Fonte: Autoria própria

Através dos subtotais representados na Figura 7.2, consegue-se ver que a média de idades é acima dos 40 anos, em ambos os géneros. Para efeitos de cálculo de idade dos Encarregados de Educação do agregado familiar, considerou-se o segundo ano de cada ano letivo, como o ano de contagem.

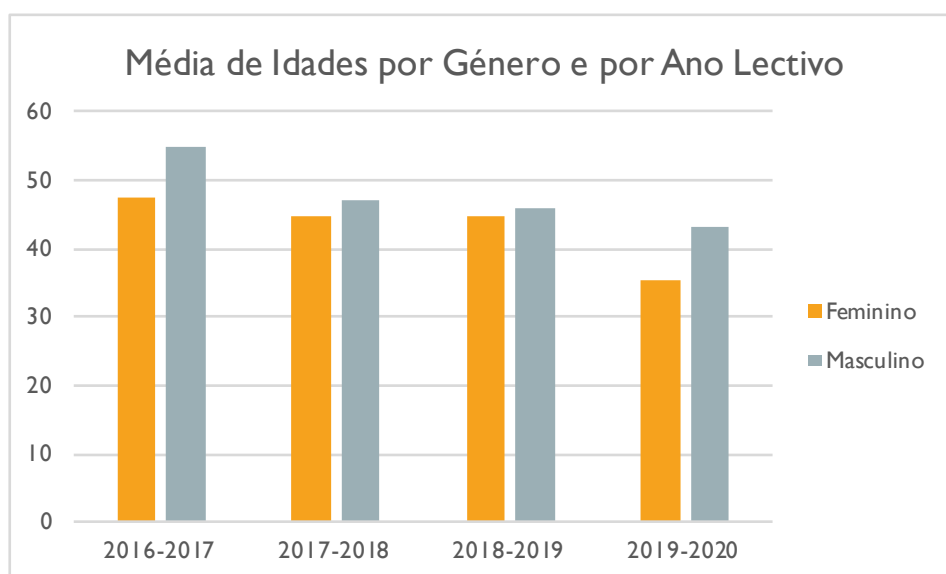


Figura 7.2. Média de Idade por Género e por ano Letivo
Fonte: Autoria Própria

Também, para se apurar se a nacionalidade tem impacto na distribuição de “unidades familiares” apoiadas pela Associação, constata-se na Figura 7.3, que a nacionalidade que mais prevalece é a portuguesa com 92, seguida da Cabo Verdiana com 25, Guineense com 22, Angolana com 14, Brasileira com 7, Desconhecida com 5, Indiana com 2 e S. Tomense com 1 família. Pelas razões referidas, não se pode tirar conclusões rigorosas para as famílias, embora as diferenças de números não deixam dúvidas de quais são as nacionalidades predominantes.



Figura 7.3. Nacionalidades por ano letivo
Fonte: Autoria própria

Estas 168 “unidades familiares” estruturam-se em diversos tipos de agregado familiar, nomeadamente: monoparental, nuclear, conjugada, união de facto, reconstituído, nuclear extensa, outro e desconhecido, conforme se pode observar na Figura 7.4.

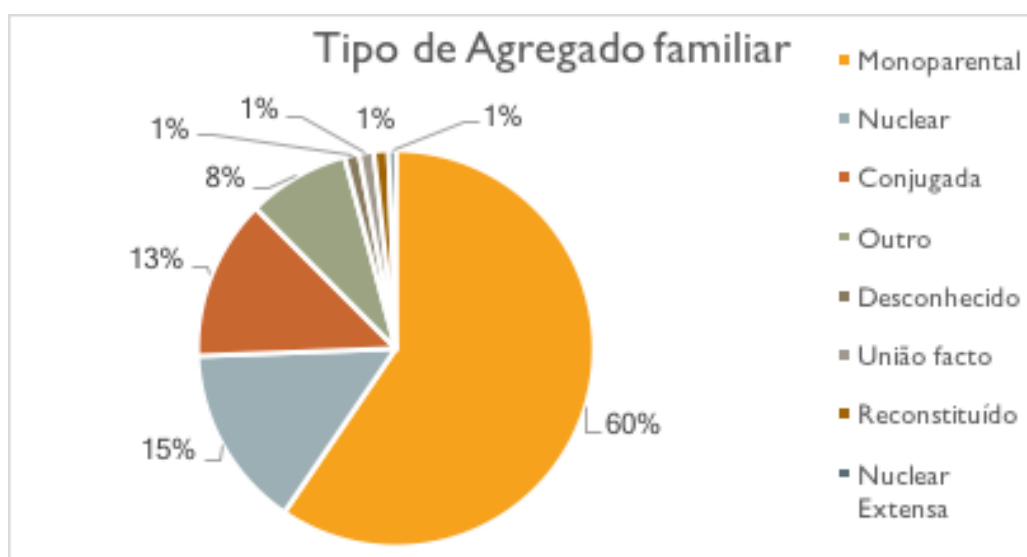


Figura 7.4. Tipo de Agregado familiar
Fonte: Autoria própria

O tipo de agregado familiar mais recorrente é o monoparental, com uma representação de 60%, mais de metade das “unidades familiares” em análise, podendo, contudo, haver repetições, pelo que se deve ter prudência na conclusão global.

Consegue-se observar nesta Figura 7.5, que o número médio de elementos do agregado familiar é acima dos 3, significando que em média as famílias têm, pelo menos, 3 pessoas a viver na mesma habitação.

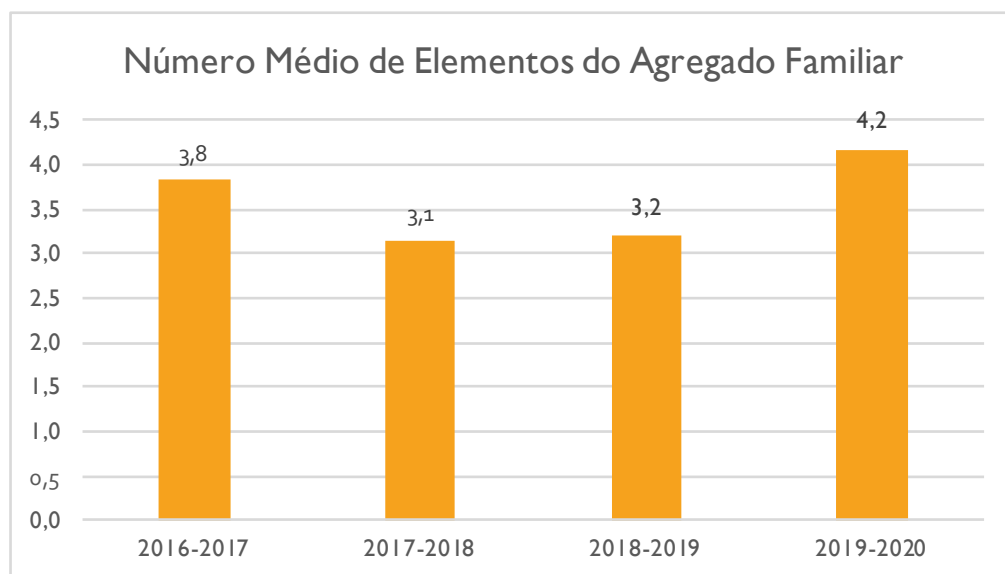


Figura 7.5. Nº Médio de Elementos do Agregado Familiar por ano Letivo
Fonte: Autoria própria

Tentou-se também perceber se haveria alguma distribuição geográfica pela localidade de residência. A Figura 7.6. – Local de Residência traduz que há mais apoios perto da sede da

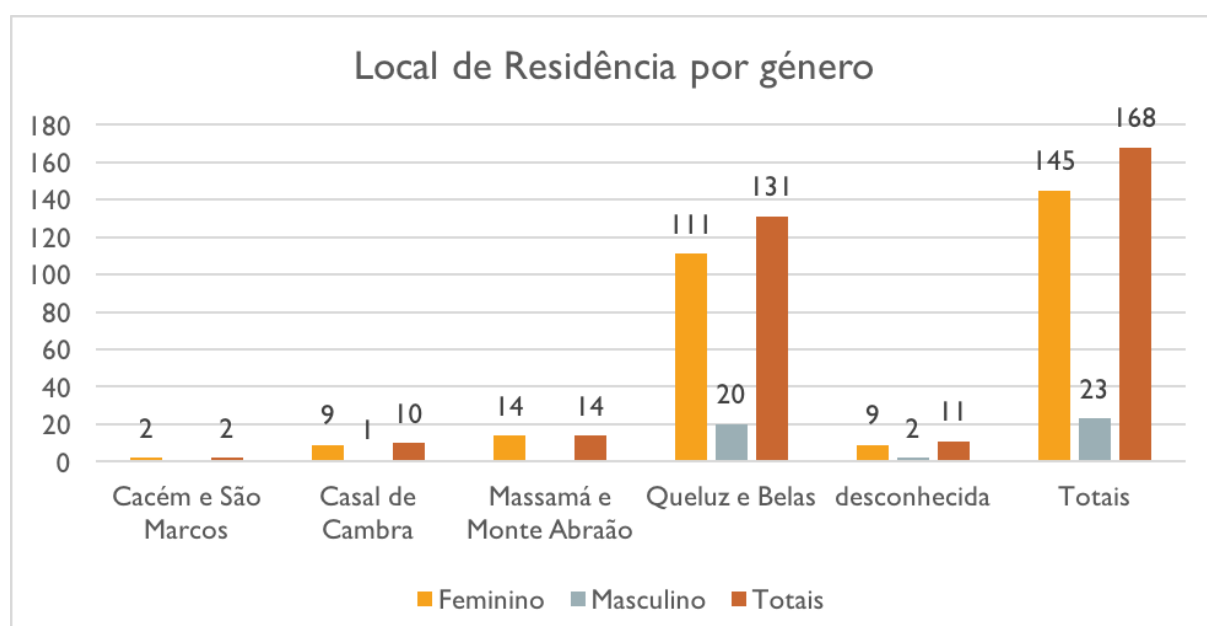


Figura 7.6. Local de Residência por género
Fonte: Autoria própria

APDJ, em Queluz e Belas, mesmo que se esteja a considerar as “unidades familiares” apoiadas, e não em todas as freguesias onde a Associação atua.

Uma outra variável de estudo foi o grau de escolaridade. Conforme referido anteriormente, o nível de escolaridade pode ter uma influência significativa na capacidade de sair de situações de pobreza e exclusão social. Na Figura 7.7 consegue-se observar o grau de Escolaridade, separado por género.

Dos 168 elementos em estudo, apenas é conhecido o nível escolar de 86 encarregados de educação, cerca de 51% da amostra.

Poucos são os Encarregados de Educação que têm um nível superior de escolaridade, apenas em 5 casos apoiados, que representam cerca de 5,8% da amostra com escolaridade conhecida, ou cerca de 3% da amostra total. Por outro prisma, são mais os casos com Encarregados de Educação sem escolaridade, face aos que têm formação superior.

Por outro lado, ainda dentro daqueles em que o nível escolar é conhecido, é muito maior a proporção daqueles casos que têm o 9º ano ou menos, ao invés daqueles que têm mais estudos. Esta desigualdade escolar representada na Figura 7.7. é muito acentuada.

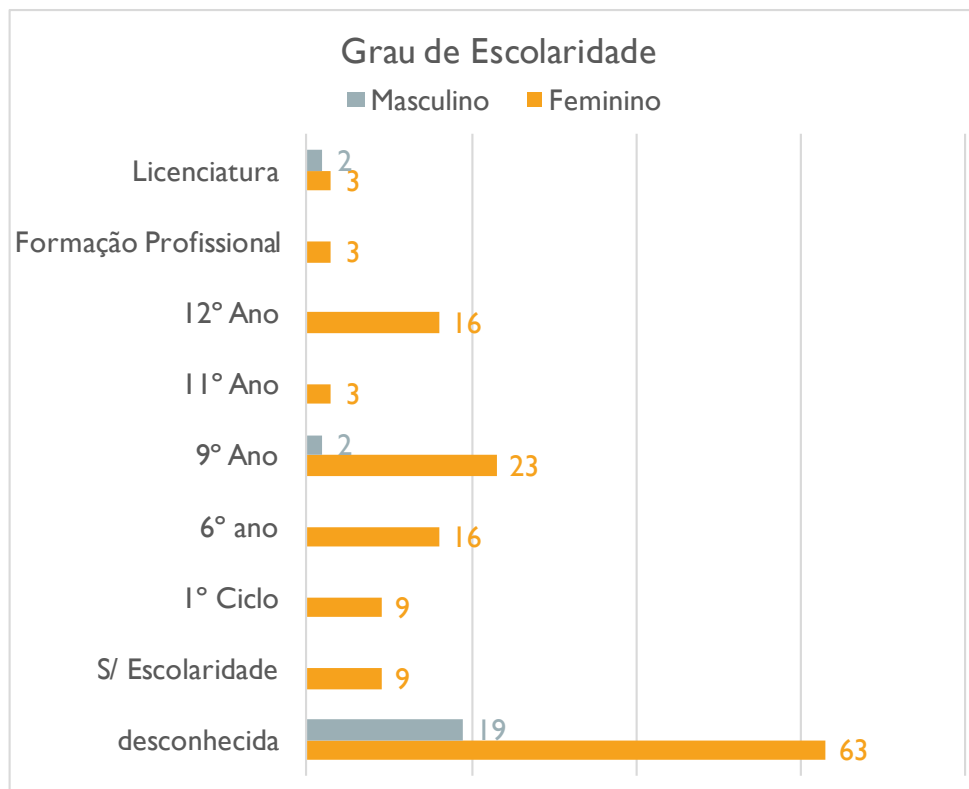


Figura 7.7. Grau de escolaridade, segundo o género
Fonte: Autoria própria

Consegue-se observar na Figura 7.8. que a maior parte dos casos apoiados corresponde a situações de desemprego: 65 do género feminino e 19 do género masculino. É ainda representada uma taxa de desemprego por motivos de saúde, existindo 6 casos do género feminino e 2 do género masculino. Estes motivos de saúde prendem-se com: invalidez, por doença, baixa médica ou por gravidez.

No que diz respeito aos casos de empregados, 58 referem-se ao género feminino e apenas 1 ao género masculino. Os Encarregados de Educação que detalharam os seus trabalhos mencionam que são, por exemplo trabalhadores: no *McDonald's*, farmacêuticos, empregados domésticos, cozinheiros, ajudantes de cozinha, estafetas da *Glovo*, empregados de balcão e empregados a part-time. Dentro desta variante existem 5 casos de empregadas com baixa médica.

As outras variantes representadas na Figura 7.8. são os reformados por invalidez (3 mulheres e 1 homem) e 6 mulheres reformadas. Há ainda 2 casos do género feminino que têm a situação desconhecida.

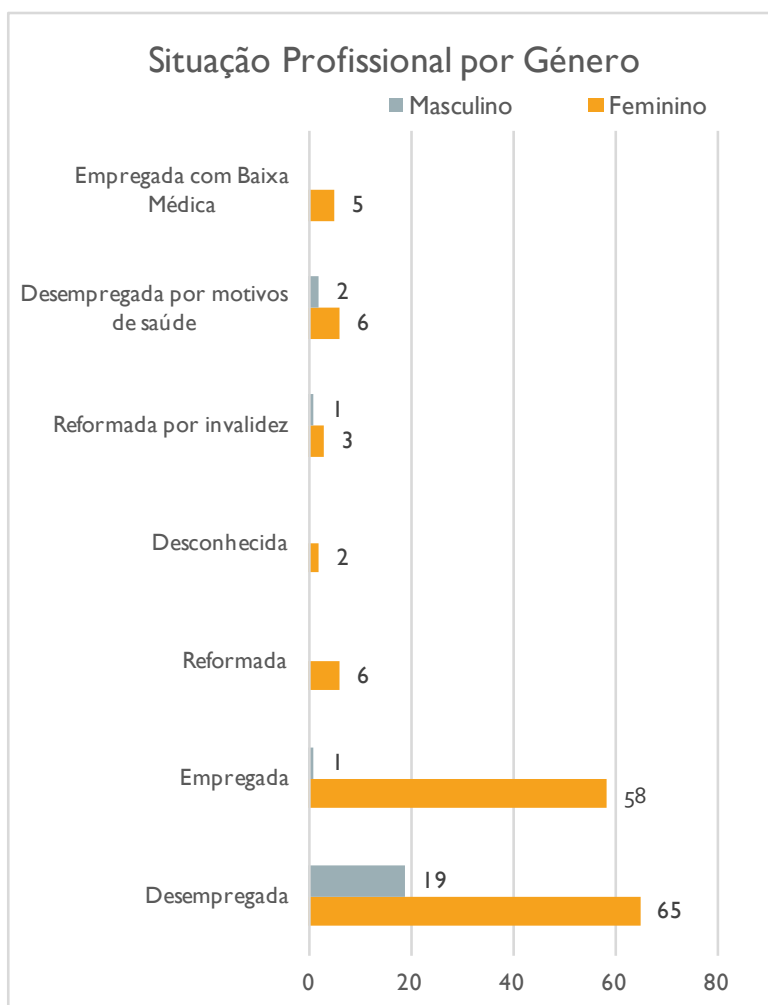


Figura 7.8. Situação Profissional por Género
Fonte: Autoria própria

Além da sua situação profissional, são também conhecidos os seus rendimentos. Na Figura 7.9 pode-se observar que é conhecido o valor do rendimento da maioria dos casos apoiados. Todas as outras categorias não são possíveis de analisar o valor por falta de informação.

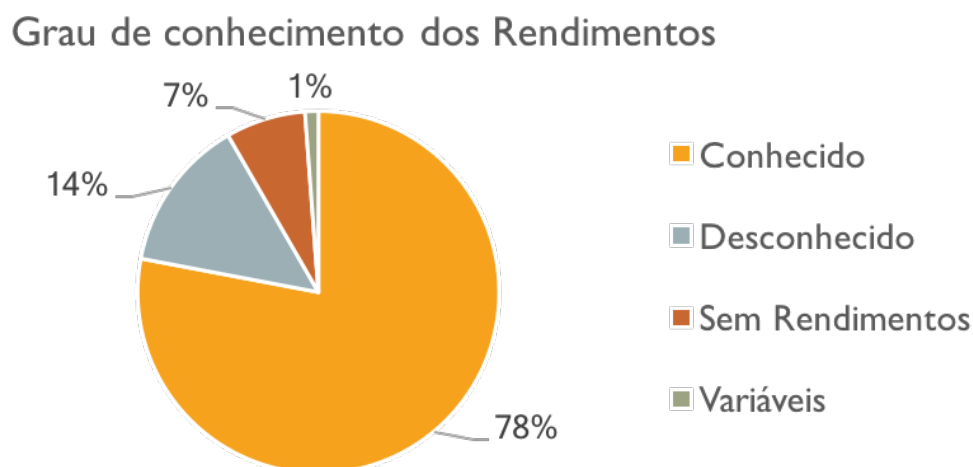


Figura 7.9. Grau de conhecimentos dos Rendimentos
Fonte: Autoria própria

Dos rendimentos familiares conhecidos, mencionados na figura anterior, é também possível conhecer pelo Quadro 7.1 a média de rendimentos, que é de 601,21 €.

Quadro 7.1. Média de Rendimento das famílias
Fonte: Autoria própria

Média de Rendimentos
601,21 €

A soma de todos os apoios que a Associação fornece é designada por Capitação.

Quadro 7.2. Soma Capitação
Fonte: Autoria própria

Capitação	Soma Capitação
111	8 522,58 €

Sob o ponto de vista de gestão da Associação, a capitação ao longo dos quatro anos letivos totaliza 8 522,58 €, um impacto significativo nas contas de uma empresa ou associação. Assim, o apoio anual médio é cerca de 2130 € a 28 famílias em cada ano letivo. Esta decomposição da

capitação por ano letivo, em valor total, valor médio e quantidade de famílias apoiadas está evidente no Quadro 7.3.

Quadro 7.3. Capitação: Soma, Contagem e Média
Fonte: Autoria própria

Ano Letivo	Soma Capitação	Contagem Capitação	Média Capitação
2016-2017	690,49 €	13	53,11 €
2017-2018	2 958,64 €	38	77,86 €
2018-2019	3 832,25 €	46	83,31 €
2019-2020	1 041,20 €	14	74,37 €
Totais	8 522,58 €	111	76,78 €

Através do Quadro 7.4. consegue-se ter uma noção de quem recebe abonos (136) dos 168 e apenas 32 agregados familiares é que não recebem o respetivo abono.

Quadro 7.4. Abono
Fonte: Autoria própria

Abono	nº unidade familiar
Não	32,00
Sim	136,00
Totais	168,00

No Quadro 7.5, o RSI dos casos analisados, é maioritariamente atribuído ao Encarregado de Educação, porém muitos deles acabam atribuídos ao marido/companheiro, irmão ou de outro agregado familiar.

Quadro 7.5. RSI
Fonte: Autoria própria

RSI	nº unidade familiar
Não	55,00
Sim	113,00
Totais	168,00

Na Figura 7.10 estão representados os Apoios da APDJ do Programa Famílias +. Com o apoio alimentar da Mercearia + foram ajudadas 115 “unidades familiares”. Relativamente à

Boutique +, sendo o apoio do vestuário, estão representados no gráfico 25 famílias. Porém a discente sendo observadora participante consegue identificar que muitas famílias são ajudadas, mas não ficam com o registo oficial na APDJ. Existe desta forma, uma doação por parte da Associação de roupa muito para além dos 25 casos.

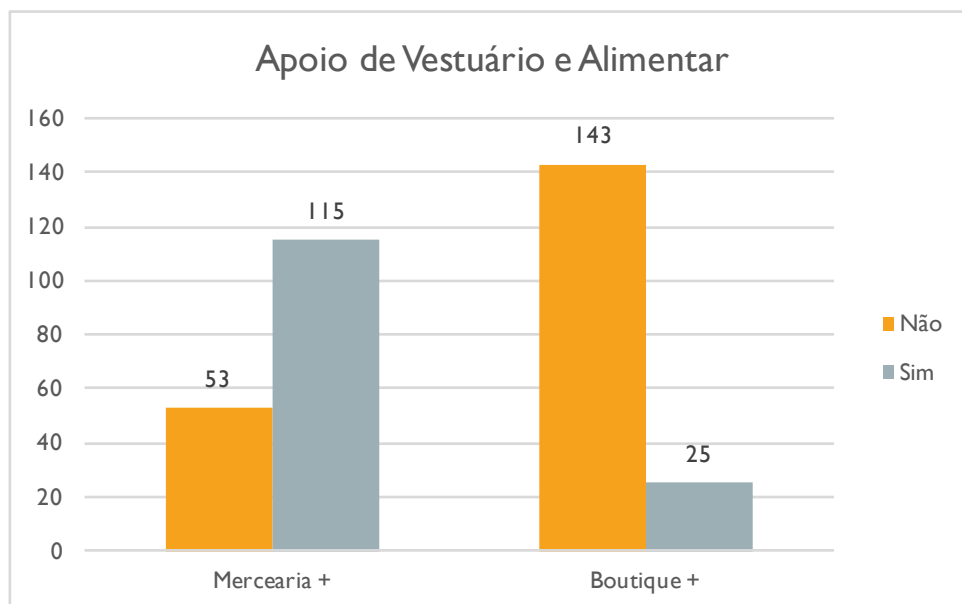


Figura 7.10. Programa Famílias +
Fonte: Autoria própria

Na Figura 7.11 os apoios INCOM representam apenas 12 das famílias que estão no GEPE e também é visível uma baixa adesão do PAE com apenas 5 famílias.

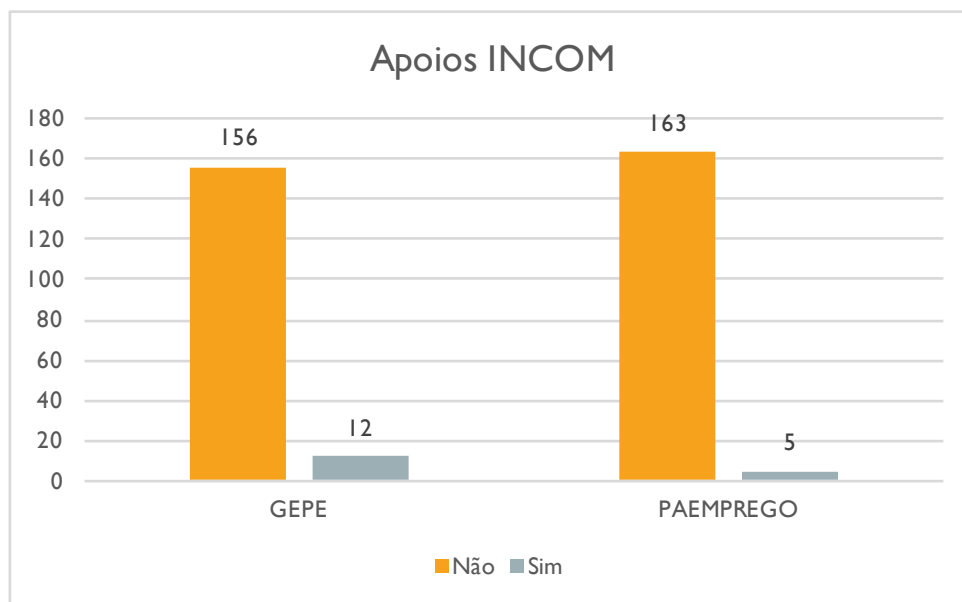


Figura 7.11. Apoio INCOM
Fonte: Autoria própria

No seguimento do INCOM, no Quadro 7.6 consegue-se observar que dos 79 Encarregados de Educação em situação de desemprego, apenas 5 foram encaminhados para o PAE, durante 4 anos letivos, sendo de realçar a pouca procura no mercado de trabalho.

Quadro 7.6. Desemprego por anos letivos
Fonte: Autoria própria

n° entrevistados				
		Não	Sim	Totais
Desempregada		79	5	84
2016-2017		20	1	21
2017-2018		23	2	25
2018-2019		22	2	24
2019-2020		14		14
Totais		79	5	84

Na Figura 7.12 consegue-se ver o número de “unidades familiares” ajudadas ou reencaminhadas para os apoios INPAR: 75 Acolhimento Social, 7 (+) sementes, 6 PROCOM, 8 PAFI(PSI).

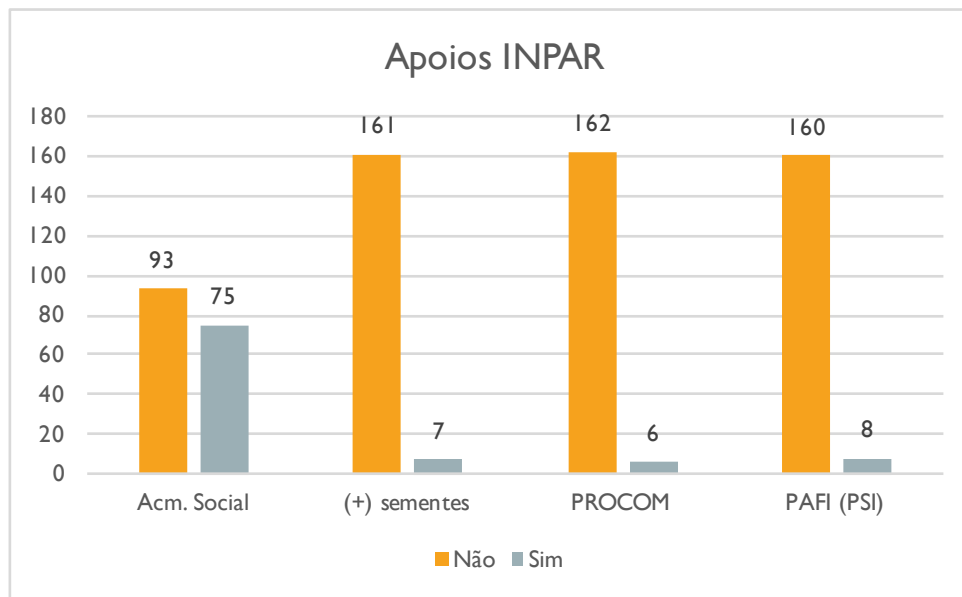


Figura 7.12. Apoios INPAR
Fonte: Autoria própria

7.3 Dar ouvidos às crianças e perceber o que é para elas a pobreza infantil e como podem ajudar as crianças mais vulneráveis.

Após esta análise estatística, chega-se à parte de dar ouvidos às crianças e perceber o que é para elas a pobreza infantil e como podem ajudar as crianças mais vulneráveis.

Conforme já foi mencionado, esta dissertação tinha como principal objetivo a identificação da pobreza infantil no contexto referido, porém como não foi possível realizar as entrevistas às famílias e a mais crianças como esperado, este estudo não faria sentido se não fosse realizado em conjunto com as crianças.

Desta forma realizou-se uma atividade com 29 crianças em que elas se expressaram sobre o que é para elas a pobreza infantil. O objetivo é identificar os diferentes sentimentos quando se aborda esta temática e entender as próprias crianças que estão em vulnerabilidade de pobreza. No seguimento desta atividade, conseguiu-se 9 categorias nas frases, expressões e sentimentos das crianças quando se referiram à pobreza infantil.

Quadro 7.7. Categorias da atividade
Fonte: Autoria própria

Categoria	Total	%
Habitação	6	21%
Emoção	3	10%
Brinquedo	3	10%
Comida	4	14%
Material	3	10%
Emprego	1	3%
Dinheiro	5	17%
Roupa	3	10%
Parentalidade	1	3%
	29	

Através dos testemunhos das próprias crianças conseguiu-se obter diversas respostas às duas questões colocadas. Todos os nomes das crianças são fictícios para proteção de dados. Eis alguns exemplos:

Questão 1: O que é a pobreza infantil para mim?

- “pessoas que não têm dinheiro.” Maria, 8 anos (Anexo O);
- “não têm brinquedos.” Rafaela, 9 anos (Anexo P);

- “será que os meninos pobres têm mães?” João, 8 anos (Anexo Q);
- “que vivem na rua e que não têm casa nem comida e uma cama.” Francisco, 7 anos (Anexo R);
- “para mim os meninos pobres acho que quando o tempo frio estiver nos podemos dar os nossos casacos a eles o que lhes deixa felizes, ou quando puserem uma caixa à frente para nós darmos moeda.” Fábio, 7 anos (Anexo S).

Ao ouvir as crianças, temos a possibilidade de conhecer os seus desejos e os próprios sentimentos. Quando se comunica com cada criança, elas não se sentem entrevistadas, mas sim expressam o que realmente sentem e é através das suas atitudes espontâneas que se consegue perceber o seu grau de preocupação e sentimentos sobre esta temática. Quando se questionou sobre a pobreza infantil, para o João, de 8 anos, a sua preocupação não era a pobreza em si, mas sim, se as crianças pobres tinham mães. Sentiu-se com esta criança, que a sua maior pobreza seria viver sem a sua mãe. As outras crianças, quando se questionou sobre o que era a pobreza infantil, nomearam problemas económicos, materiais e habitação. Outro testemunho que se realça, é o do Fábio, de 7 anos, sendo que a preocupação dele, era a infelicidade que essas crianças sentiam por terem frio. Visto que estas questões foram colocadas em pleno inverno, a preocupação daquela criança era dar os próprios casacos para que elas não sentissem frio. Este testemunho, também focou a parte monetária, apresentando de imediato a solução para se dar “moeda”.

Eis agora alguns exemplos de respostas à segunda questão:

Questão 2: como é que podemos ajudar as crianças mais vulneráveis?

- “dar dinheiro para comida e brinquedos, bebidas.” Ana, 8 anos (Anexo T);
- “ajudar com (roupa) bonita que já não serve.” Bernardo, 8 anos (Anexo U);
- “dar coisas para a escola.” Daniela, 9 anos (Anexo V).

No que diz respeito à questão 2, consegue-se ver através dos testemunhos que a pobreza que focam mais é material, ou seja, monetária e de vestuário e materiais escolares realçando também os brinquedos.

Ao realizar esta recolha conseguiu-se identificar alguns exemplos de crianças que necessitam de apoios e de vestuário conforme foi abordado através da ficha de Observador participante (Anexo A).

Realizou-se também uma atividade com crianças entre os 3 e os 6 anos do ensino pré-escolar, em que desenhavam o que para elas é a pobreza infantil.

Muitas crianças não tinham ainda a noção do significado de pobreza, desta forma fez-se um exercício em que os mais velhos conseguiram explicar às crianças mais novas o que era realmente a pobreza infantil. Após este exercício diário, solicitou-se que as crianças desenhassem o que para elas é uma criança pobre.

Conforme se pode observar (Anexo Z), os desenhos das crianças são muito expressivos e cada criança apresentou e explicou o seu próprio desenho. A observadora participante tentou entender junto delas o que o desenho representava e o que sentiam naquele momento. Num mundo da fantasia, da Rita, de 6 anos ouviu-se que a princesa que era a própria criança tinha uma amiga que também era princesa pobre, mas os vestidos eram diferentes. Conforme se pode ver em (Anexo Y) a princesa central é a criança que desenhou. Segundo a explicação da Ana Rita, de 6 anos, a princesa não gostava do seu vestido e que tínhamos que encontrar um novo vestido para ela.

Outro desenho, do José, de 6 anos, consegue-se observar que o menino central é o José e a aranha representa o menino pobre. “A aranha sentia-se perdida e não tinha uma casa fofinha” - José, de 6 anos.

Ainda no mesmo exercícios, o Rodrigo, de 4 anos, desenhou várias imagens do Sol e, quando se questionou o que representava para ele aquele desenho, ele respondeu: “são muitos sóis para dar calor aos meninos pobres” - Rodrigo, de 4 anos (Anexo X).

Conclusão

A primeira parte da conclusão foca-se essencialmente em dar resposta aos objetivos específicos deste estudo, conforme já mencionado no Capítulo 6, que são:

- Identificar situações de exclusão social, pobreza e vulnerabilidade das famílias em estudo
- Caracterizar o que a APDJ consegue minimizar na luta contra a pobreza e exclusão social das famílias

Identificar as situações de pobreza e vulnerabilidade das famílias em estudo

Ao primeiro objetivo, consegue-se começar a dar resposta através do quadro teórico, onde se abordou os Indicadores de pobreza, estando a família em risco de pobreza ou exclusão social quando ocorrem estes 3 importantes indicadores:

- “Em risco de pobreza” - este é um indicador relativo para aferir pessoas com baixos rendimentos, sendo considerada uma pessoa abaixo do limiar de risco de pobreza se dispuser de rendimentos inferiores a 60% do rendimento médio nacional. Segundo os INE. (2021), no 4º trimestre de 2020, o rendimento médio mensal líquido era de 968 €, desta forma, consegue-se obter os 60 % desse rendimento, representando 580,8€.

Neste estudo, apenas se conseguiu ter acesso à informação dos rendimentos de 78% dos casos apoiados, sendo a média de rendimentos 601,21 €. Para uma melhor análise, fez-se a contabilização das pessoas em risco de Pobreza, e os que estão acima do risco de Pobreza.

- “privação material extrema” conforme foi discutido no ponto 1.3.2, os 8 itens não representam com a mesma ponderação a privação material extrema, visto que deixar de pagar as contas ao final do mês, não é o mesmo que prescindir de ter um telemóvel, ou uma televisão e ser forçado a abdicar de pelo menos três dos itens da lista considerada.

Neste estudo, não temos informação direta sobre a privação material extrema das famílias, mas através das ajudas a que têm de recorrer, junto da APDJ, tem-se uma informação indireta das dificuldades por que passam, evidenciando as privações materiais de que sofrem.

Por outro lado, mesmo quando as famílias têm uma capitação acima do risco da pobreza, não significa que se consegue fazer face, de forma suficiente, às despesas necessárias para o

agregado familiar para se alimentar, vestir, tratar da higiene pessoal e da casa, lazer, entre outros custos associados. Desta forma, é pertinente observar que usufruir de rendimentos acima do limiar da pobreza não significa possuir os meios para a satisfação das necessidades básicas.

Se a maior parte destas famílias em estudo recorrem à APDJ para ajuda de recursos materiais, desde roupa, produtos alimentares e produtos de limpeza, tal facto indicia que apresentam escassez nestes setores materiais. Existindo assim, uma grande probabilidade de estarem em situação de pobreza, em privação material severa.

Ao identificar estas problemáticas, consegue-se observar que a Associação em estudo – APDJ, apresenta um leque de oportunidades, tentando minimizar os efeitos de pobreza, mas não vai atacar nas suas causas, limitando-se a atenuar alguns dos efeitos.

- “intensidade laboral baixa do agregado” neste estudo, não temos dados concretos relativamente ao horário laboral de cada família ou agregado. Porém, ao observar-se o número total de desempregados, consegue-se ter uma noção clara que pelo menos um adulto do agregado familiar trabalha menos de 20% face ao horário normal de trabalho, ou seja, neste caso não trabalham o suficiente para levar para casa rendimentos suficientes, recebendo apenas o subsídio de desemprego, estando numa situação mais provável de pobreza.

Caracterizar o que APDJ consegue minimizar na luta contra a pobreza e exclusão social das famílias

Relativamente ao segundo objetivo, consegue-se traçar dois tipos de indicadores: o desemprego e o número de famílias monoparentais. Assume-se assim, que há famílias em situação de exclusão social e de pobreza.

Desta forma, não se consegue dizer em rigor que as crianças estão em pobreza infantil, mas sim, que as crianças são de vulnerabilidade por diferentes categorias, uma vez que normalmente essas características remetem para famílias que estão em situação de pobreza e vulnerabilidade, e que, por isso, são também, muito provavelmente, crianças em situação de pobreza infantil.

Conforme mencionado anteriormente, o facto de as famílias recorrerem às ajudas materiais (alimentação e roupa), indicia que estão perante uma situação de pobreza nessas áreas.

Conforme abordado Capítulo 1, no ponto 1.4, as categorias sociais de população que estão mais propícias à vulnerabilidade da pobreza, são: as pessoas com qualificações profissionais

baixas, desempregados e pessoas com baixa integração no mercado de trabalho. Após o Estudo de Caso, pode-se confirmar que existem vários casos apoiados, em que os Encarregados de Educação apresentam qualificações profissionais baixas, estão desempregados e pertencem a famílias monoparentais.

Uma outra variável de estudo foi o grau de escolaridade. Conforme referido anteriormente, o nível de escolaridade pode ter uma influência significativa na capacidade de sair de situações de pobreza e exclusão social. Na Figura 7.7 consegue-se observar o grau de Escolaridade, separado por género.

Dos 168 elementos em estudo, apenas é conhecido o nível escolar de 86 encarregados de educação, cerca de 51% da amostra.

Poucos são os casos de Encarregados de Educação que têm um nível superior de escolaridade, como se viu. Por outro prisma, são mais os Encarregados de Educação sem escolaridade, do que os que têm formação superior.

Por outro lado, ainda dentro daqueles em que o nível escolar é conhecido, é muito maior a proporção daqueles que tem o 9º ano ou menos, do que os que têm mais estudos. Esta desigualdade escolar representada na Figura 7.7 é muito acentuada.

A taxa de risco de pobreza infantil também está relacionada com o nível de educação dos pais. Apostar na educação é uma forma indireta de combater a pobreza das famílias.

○ Desempregados

Outro fator de vulnerabilidade à pobreza é o desemprego, que, como se viu, é uma das características muito presentes nas situações apoiadas pela APDJ, que assim indiciam a forte probabilidade de casos de pobreza infantil nestas famílias.

○ Famílias monoparentais

Neste Estudo de Caso, o tipo de agregado familiar monoparental tem uma percentagem bastante elevada com 60%, dos casos apoiados ao longo dos quatro anos letivos analisados. Por outro lado, sabe-se que estas famílias têm uma dimensão média acima dos 3 e que a média de idades é acima dos 40 anos, em ambos os géneros. O género feminino predomina na indicação dos Encarregados de Educação, deduzindo-se assim que as famílias monoparentais são, na sua grande maioria, de responsabilidade de mães sozinhas, indiciando, com as outras informações, uma potencial vulnerabilidade em relação à pobreza e exclusão social, existindo desta forma uma taxa de risco de pobreza (inclusive infantil) mais elevada.

Considerações finais

Nesta segunda parte, aborda-se as conclusões gerais da dissertação, não esquecendo que esta foi realizada em tempos de pandemia. Durante a pandemia, os dois encerramentos das escolas decretadas pelo governo, de 14 de Março a 31 de Maio em 2020 e de 22 de janeiro a 15 de Março em 2021, aumentaram e muito o risco de pobreza em geral e nestas famílias, dadas as situações de desemprego, de *lay-off* e de perdas de rendimentos, que afetaram algumas destas famílias. A pandemia não afeta de igual forma em todos os concelhos, em todas as famílias, em todas as casas. Além disso, o facto de não terem, muitas vezes, computador nem internet é um fator adicional de exclusão social, pois nem todas as famílias conseguem dar as melhores condições e apoiar o estudo à distância dos seus filhos e filhas, que assim ficam com muito mais dificuldades em acompanhar a escola, nestas novas situações.

Através destes exemplos concretos das famílias, sente-se que a mobilização da sociedade civil pode ser importante para acelerar respostas e prioridades, em situações de emergência como as desta pandemia, sendo importante que toda a sociedade se mobilize, para combater a Pobreza e a Pobreza Infantil. A luta contra o problema da pobreza em geral e da pobreza infantil depende dos recursos existentes na sociedade e da forma como os gerem e os tornam acessíveis aos mais carenciados, sendo um problema social e não individual. Desta forma, para se combater a pobreza e a pobreza infantil tem de existir uma Economia Social e Solidária coesa, com um misto de políticas, focadas na educação, na saúde, no emprego e no apoio social, que vai permitir respostas integradas.

De uma forma geral, ao trabalhar-se num contexto de vulnerabilidade de pobreza infantil, consegue-se identificar problemáticas e reter algumas conclusões. Um dos problemas é que, nas escolas, os trabalhadores envolvidos, ao relacionar-se com crianças em vulnerabilidade de pobreza usam o que sabem e a sua experiência individual. Esta é muitas vezes insuficiente, dada a complexidade das situações vividas pelas crianças. O resultado é realizar diagnósticos errados e tentar aplicar as mesmas soluções a casos diversos, com resultado nulo ou mesmo resultados opostos face ao pretendido. Seria, portanto, muito importante que houvesse preparação ou mesmo formações, para enquadrar e capacitar esses trabalhadores para poderem agir das formas mais adequadas, perante situações de pobreza infantil.

Por outro lado, a própria Associação reconhece que a base estatística pode ser um contributo importante, porque a inexistência de qualquer estatística ou análise de dados das

informações durante 22 anos foi uma lacuna importante, no conhecimento destas famílias. Por isso, este trabalho, sem ter podido realizar todas as suas intenções e objetivos, pode ter contribuído para assinalar a importância desses registos e análises e ter dado início à necessidade destas caracterizações. Por isso, uma das sugestões é o melhoramento dos dados. Outra sugestão, é realizar uma recolha de materiais escolares para serem oferecidos às famílias mais vulneráveis.

É imprescindível que as vozes das crianças sejam ouvidas e que haja uma mudança, pois ao dar-lhes ouvido, conclui-se através do universo de estudo que para elas a pobreza infantil permite identificar diferentes sentimentos, categorizados em habitação dinheiro, comida, material, roupa, emoção, brinquedo, emprego e parentalidade, estando ordenado pela ordem de importância para as crianças.

Uma das sugestões ao nível político, é que autarquias devam acompanhar mais de perto as associações, para existir um acompanhamento de proximidade na ajuda técnica, financeira e social e avaliarem o seu papel, as suas necessidades e as suas medidas para que possam melhorar em conjunto.

É importante a procura de soluções eficazes para colmatar os problemas das associações e das Entidades de Economia Social, pois se trabalharem em conjunto para a criação de uma solução adaptada ao setor e às dificuldades partilhadas por todos, podem todas juntas dar início a uma colaboração local e depois passar para distrital, regional e nacional.

Termina-se este estudo com a frase de inspiração da discente, na esperança que a sociedade consiga se limar para que:

“a criança tem direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Cabe aos pais a principal responsabilidade primordial de lhe assegurar um nível de vida adequado. O Estado tem o dever de tomar medidas para que esta responsabilidade possa ser – e seja – assumida. A responsabilidade do Estado pode incluir uma ajuda material aos pais e aos seus filhos.”

(A Convenção sobre os Direitos da Criança Adotada, 2004).

Referências Bibliográficas

- Albarello, Luc et al. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Alves, Nuno (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal, *Boletim económico do Banco de Portugal*, Primavera, pp. 125-154. Consultado em 05 março 2021. Disponível em: http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2009_1_2_p.pdf.
- Ariès, Philippe. (1986). La infancia, *Revista de Educación*. nº 281. pp.5-17.
- Ariès, Philippe. (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Éditions Seuil.
- Atkinson, Anthony. (1991). Comparing Poverty Rates Internationally: Lessons from recent Studies in Developed Countries. *The World Bank Economic Review*. 5 (1). pp. 3-21.
- Azevedo, C., & Couto, P. (2012). Desempenho, Sustentabilidade e Eficiência Económica em OSFL. Em C. Azevedo, R. C. Franco, & J. Meneses, *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos - o desafio da inovação social 3ª Edição*, Porto: PositivAgenda - Edições Periódicas e Multimédia Lda. pp. 371-408.
- Bastos, Amélia; Malho, Maria João; Passos, José e Fernandes, Graça Leão. (2008). Um Olhar Sobre a Pobreza Infantil - *Análise das Condições de Vida das Crianças*. Coimbra. Edições Almedina.
- Capucha, Luís. (1998). Pobreza, exclusão social e marginalidade. in Viegas. J.M.Leite e Costa, António Firmino da (Orgs.). *Portugal, que Modernidade?*. Oeiras. Celta Editora.
- Carvalho, Daniela Moreira de & Vieira, Naldeir dos Santos & Rigo, Ariádne Scalfoni. (2016). Os desafios da gestão das organizações de Economia Solidária, *Revista de Economia Solidária*, nº10, Ponta Delgada, ACEESA, pp.143-146.
- Castel, Robert (2000). *International Journal of Urban and Regional Research. The Roads to Disaffiliation: Insecure Work and Vulnerable Relationships*. Vol.24.3. Paris. France.
- Câmara Municipal de Sintra. Consultado em 05 julho 2020. Disponível em: <https://cm-sintra.pt/atualidade/solidariedade-social/sintra-social>.
- Censos (2011) Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Sexo e Sector de actividade económica (CAE Rev. 3); Anual - INE, Inquérito ao emprego.

- Clavel, Gilbert. (2004). Sociedade da Exclusão. *Compreendê-la para dela sair*. Porto editora, Lda.
- Conta Satélite Economia Social. (2019). Consultado em 05 janeiro 2020. Disponível em: [https:// www.cases.pt/contasatelitedaes](https://www.cases.pt/contasatelitedaes).
- Costa, Pedro de Almeida & Meira, Fabio Bittencourt & Icaza, Ana Mercedes Sarria. (2016). Os desafios da gestão das organizações de Economia Solidária, *Revista de Economia Solidária*, nº10, Ponta Delgada, ACEESA, pp. 49-50.
- Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho.
- Dicionário internacional da outra economia. (2009). Laville, Jean-Louis & Gaiger, Luiz Inácio. Coimbra. Almedina Brasil, Ltda. ^[1]_{SEP}
- Diogo, Fernando; Castro, Alexandra & Perista, Pedro. (2015). Pobreza e Exclusão Social em Portugal. *Contextos, transformações e estudos*. Edições Húmus, Lda. Consultado em 05 janeiro 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/20040030/POBREZA_E_EXCLUS%C3%83O_SOCIAL_EM_PORTUGAL.
- Eurochild e EAPN. (2013). Towards children's wellbeing in Europe. *Explainer on child poverty in the EU*. Bruxelas: Eurochild.
- Evolução recente da economia social na União Europeia. (2017). Comité Económico e Social Europeu. Bruxelas.
- Ferreira, Jorge Manuel L. (2010). Sistema de protecção à infância em Portugal – *Uma área de intervenção e estudo do Serviço Social*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 nº2 pp.229-239. Consultado em 5 julho 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/10.pdf>.
- França Filho, G. & Laville, Jean-Louis. (2004), Economia solidária: uma abordagem internacional, Porto alegre: editora da uFrgs.
- GTPIS. (2014). Novas Abordagens para Mobilizar Financiamento para a Inovação Social em Portugal. *Grupo de Trabalho Português para o Investimento Social (GTPIS)*. Lisboa: Relatório.
- Henriques, José Manuel. (2010). Acção contra a Pobreza em Áreas Urbanas em Crise, S&T 4, pp.12-13.
- INE. (2016). Inquérito às Condições de Vida e Rendimento: Documento metodológico (versão 3.6). Lisboa: INE. 110. Consultado em 14 janeiro 2020. Disponível em: <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/?id=1389&lang=PT>.

- INE. (2019). Inquérito às condições de vida e rendimento. *Taxa de privação material severa*. Consultado em 19 de junho 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006258.
- INE. (2019). Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019. *Rendimento e Condições de Vida 2019 (Dados provisórios)*. Consultado em 19 de junho 2021. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354099170&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt.
- INE. (2021). Rendimento médio mensal líquido (Série 2011 - €) da população empregada por conta de outrem por Local de residência (NUTS - 2013) e Profissão; Trimestral. Consultado em 14 janeiro 2020. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005585&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt.
- Instituto da Segurança, Social. (2007). I.P. Políticas para a Infância em Portugal na área da Segurança Social. Lisboa.
- Jiménez, M. (2008). Aproximación teórica de la exclusión social: complejidad y imprecisión del término. *Consecuencias para el ámbito educativo*. Estudios Pedagógicos XXXIV. pp. 173-186. Consultado em 15 setembro 2020. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052008000100010.
- Kraatz, Susanne. (2018). A luta contra a pobreza, a exclusão social e a discriminação. Consultado em 5 janeiro 2020. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_2.3.9.pdf.
- Laville, Jean-Louis (1994), *L'économie solidaire: une perspective internationale*, paris: desclée de Brouwer.
- Laville, Jean-Louis. (2004) Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In: Martins, Paulo Henrique e Nunes, Brasilmar Ferreira. (Orgs). *A nova ordem social: perspectiva de solidariedade contemporânea*, Brasília: Paralelo 15, pp.42-57.
- Léssard-Hébert, et. al. (1994). Investigação Qualitativa. Fundamentos e práticas, Epistemologia e Sociedade, nº21, 3ª edição. S/local. Instituto Piaget.
- Minujin, A Enrique Delamónica & Alejandra Davidziuk. (2006). Pobreza Infantil: conceptos, medición y recomendaciones de políticas públicas. *Cuaderno de Ciencias Sociales 140*. Costa Rica. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO).
- Pordata. (2019). Taxa de risco de pobreza por grupo etário: antes e após transferências sociais. Consultado em 19 de junho 2021. Disponível em:

- <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+risco+de+pobreza+por+grupo+et%C3%A1rio+antes+e+ap%C3%B3s+transfer%C3%A2ncias+sociais-3009>.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, 1ª ed., colecção Trajectos: Gradiva.
- Qvortrup, Jens. (1995). Childhood in Europe: a new field of social research. em Chisholm, Lynne; Büchner, Peter; Krüger; Heinz Herman e Manuella Bois-Reymond (orgs.). *Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*. New York. Walter De Gruyter&Co. pp. 7-19.
- Rogero, Julio; Imbernón, Francisco, García, Rodrigo J.; Ferrero, Carmen, Díez, Enrique J. & Carbonell, Jaume. (2016). *Pobreza Infantil y Educación*. Cuadernos de Pedagogia.
- Sandroni, Paulo. (1999). International Institute for Labour Studies. Geneva. August 1994. *Dicionário de Economia*. pp. 274.
- Sarmiento, Manuel & Veiga, Fátima. (2010). *Pobreza Infantil: Realidades, desafios, propostas*. Ribeirão. Húmus.
- Silver, Hilary. (1994). Exclución social y solidaridad social: Tres paradigmas En Revista internacional del trabajo. Vol.113. nº5-6.
- Singer, Paul. (2002) A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, Boaventura (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.81-115.
- UNICEF-CEE/CIS (Org.). (2008). Child Well-being WorkShop. UNICEF. *Reginal Office For CEE/CIS*. Genava, Uzbe- kistan. 2 a 4. pp.2-4.
- VII Revisão Constitucional. (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Consultado em 14 janeiro 2020. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.
- Yin, Robert K. (1994). Case Study Research. *Design and Methods*. 2ª edição, Applied Social Research Methods Series, Vol. 5, USA: Sage Publications.
- World Bank. (2006). *World Development Report*. Washington. pp.20.

Índice anexos

Anexo A - Observação Participante	70
Anexo B - Diagnósticos Sociais	71
Anexo C - Lista das escolas	75
Anexo D - Cronograma da organização interna.....	76
Anexo E - Lista de Mercearia +	77
Anexo F - Ação Mercearia Solidária: angariar produtos para a Mercearia +	78
Anexo G - A Quermesse de Natal e Rifas.....	80
Anexo H - A missão Luas a metro	81
Anexo I - Revista Técnica DESENVOLVESCER	82
Anexo J - Os convívios	84
Anexo K - Kit mãos à Obra.....	85
Anexo L - Lista escolas 2	86
Anexo M - Tabela de Análise (em Excel).....	87
Anexo N - Grelha Vertical	89
Anexo O - Testemunho de Maria, 8 anos.....	90
Anexo P - Testemunho de Rafaela, 9 anos.....	90
Anexo Q - Testemunho João, 8 anos.....	90
Anexo R - Testemunho Francisco, 7 anos.....	90
Anexo S - Testemunho Fábio, 7 anos	91
Anexo T - Testemunho Ana, 8 anos.....	91
Anexo U - Testemunho Bernardo, 8 anos	91
Anexo V - Testemunho Daniela, 9 anos	91
Anexo W - Testemunho José, 6 anos	92
Anexo X - Testemunho Rodrigo, 4 anos.....	92
Anexo Y - Testemunho Rita, 6 anos	93
Anexo Z - Testemunhos do Pré-Escolar	94

Anexo A - Observação Participante
Fonte: Autoria própria

Ficha de observação participante

O facto de estar a trabalhar na APDJ permite-me ter uma aproximação da realidade da instituição, podendo completar qualitativamente com observação participante.

Tipo de elementos da observação: Participante

Carência: Material - vestuário

Material: doar roupa a uma criança de 5 anos, a criança não tinha a bata para a escola (pré-escolar) e conseguiu-se arranjar o que ela necessitava. As roupas que a criança usa nota-se que estão com algum desgaste, não sendo adequadas à idade da criança.

Comportamento por tipo de carências: no dia seguinte à doação a criança estava toda vaidosa com a sua nova bata, elogiei-a e ela disse logo: foi a mãe que comprou ontem e é muito bonita. Notou-se claramente que estava muito feliz por ter uma bata nova.

Anexo B - Diagnósticos Sociais
Fonte: APDJ



Diagnóstico Social

I. Identificação

Nome (preencher o nome completo do utente):

NISS (Nº identificação da Segurança Social do utente): _____

NIF (Nº identificação fiscal do utente): _____

Data Nascimento (dia/mês/ano): ____/____/____ Idade: _____

Naturalidade (colocar local de nascimento do utente) : _____

Nacionalidade (colocar nacionalidade do utente): _____

Morada (colocar morada completa do utente):

Contactos (colocar números de telefone e e-mail do utente):

Estado civil: _____

Situação Profissional: _____ Escolaridade: _____

Recebe Sub. De Desemprego:

Sim ☐ desde (dia/mês/ano) ____/____/____ Valor: _____

Não ☐

Outros apoios sociais:

Sim ☐ Qual: _____ Valor: _____

Instituição/Técnico(a) que acompanha: _____

Não ☐



II - Agregado Familiar

[illegible]

Caracterização da Situação Sociofamiliar:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.



III - Orçamento Familiar e Gestão

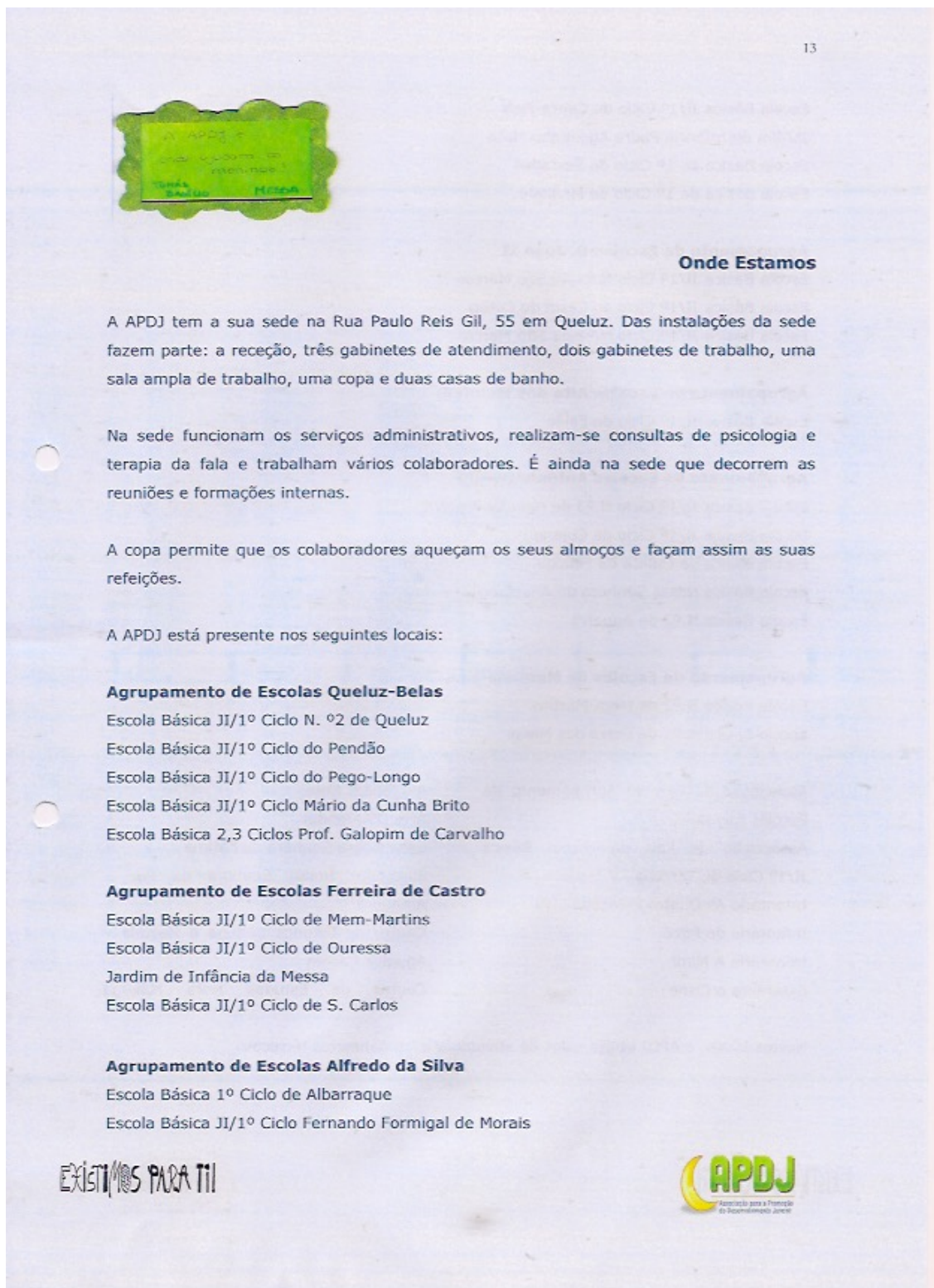
Rendimento	Montante
Remunerações Mensais	€ - _____ € - _____ € - _____
Subsídio de Desemprego	€ - _____ € - _____ € - _____
RSI	€ - _____
Bolsas de Formação	€ - _____ € - _____ € - _____
Pensões/Reformas	€ - _____ € - _____ € - _____
Prestações Sociais	€ - _____ € - _____ € - _____
Total	€ - _____

Despesas	Montante
Habituação	€ - _____
Despesas Correntes (água; luz; gás; comunicações; etc)	€ - _____ € - _____ € - _____ € - _____
Educação	€ - _____ € - _____ € - _____
Saúde	€ - _____ € - _____ € - _____
Transportes	€ - _____ € - _____ € - _____
Outras	€ - _____ € - _____ € - _____
Total	€ - _____

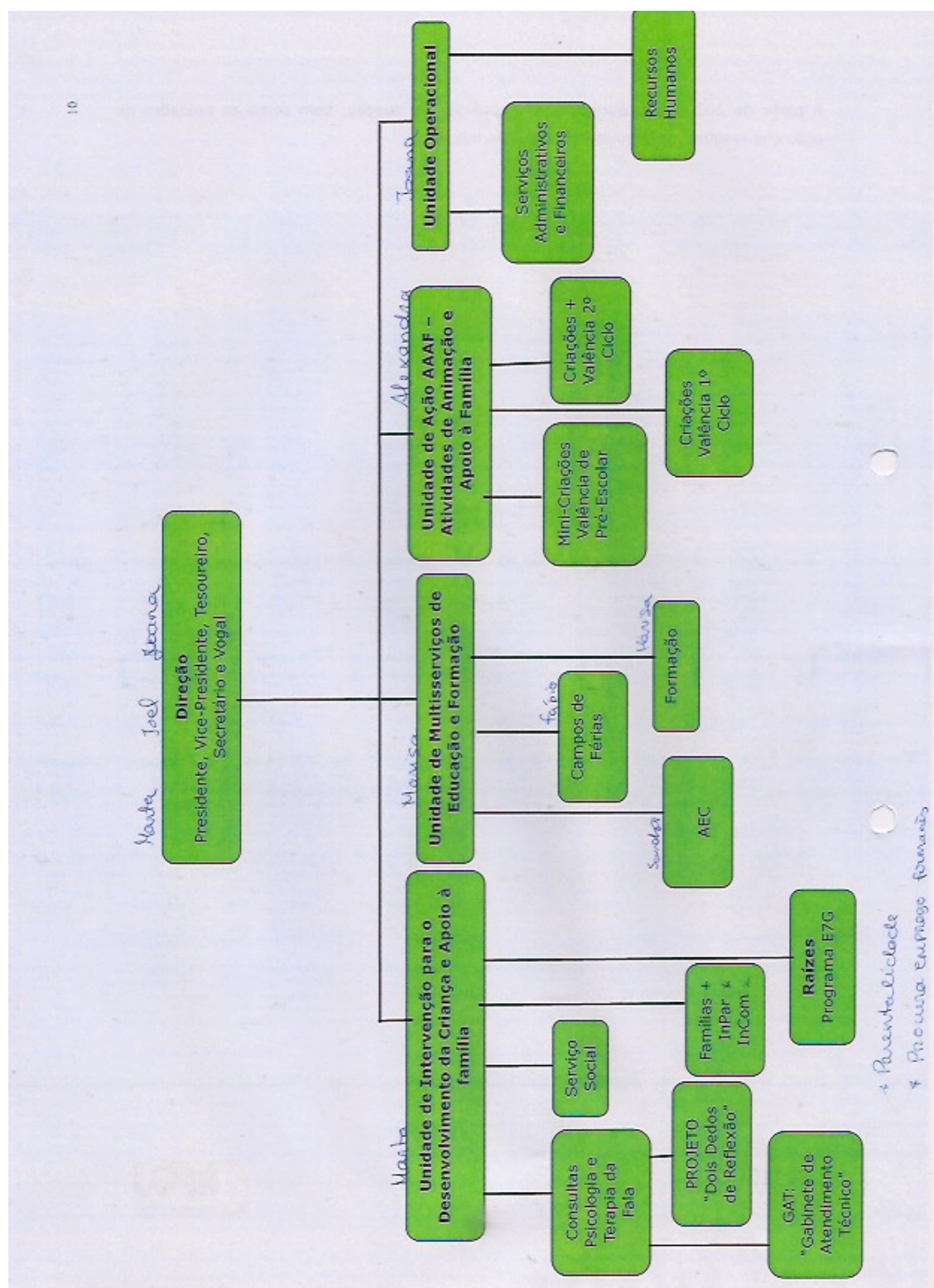


Problemáticas Identificadas	Estratégias de Intervenção	Objetivos	Observações

Anexo C - Lista das escolas
Fonte: APDJ



Anexo D - Cronograma da organização interna
Fonte: APDJ



Anexo E - Lista de Mercearia +
Fonte: APDJ

MERCEARIA			
Produto	Valor	Quant.	Total
Arroz	1,00 €		
Esparguete	0,55 €		
Massinhas	0,50 €		
Massas outras	0,70 €		
Azeite	2,30 €		
Vinagre	0,40 €		
Oleo	1,50 €		
Feijão lata encarnado	0,70 €		
Feijão lata frade	0,70 €		
Feijão lata preto	0,70 €		
Feijão lata branco	0,70 €		
Feijão lata manteiga	0,70 €		
Feijão seco	1,25 €		
Grão de lata	0,70 €		
Grão seco	1,25 €		
Polpa tomate	1,00 €		
Tomate pelado	0,80 €		
Cogumelos	0,90 €		
Milho	0,80 €		
Ervilhas	1,00 €		
Sal	0,15 €		
Salsichas	0,70 €		
Conserva atum	0,80 €		
Conserva sardinha	0,90 €		
Açúcar	1,05 €		
Puré de Batata	1,35 €		
Cereais	1,50 €		
Farinha láctea 500g	2,50 €		
Farinha láctea 1Kg	4,00 €		
Bolacha Maria	0,40 €		
Bolachas Diversas	1,00 €		
Tostas	0,40 €		
Marmelada	1,50 €		
Doce de Fruta	1,50 €		
Chocolate p/ leite	1,50 €		
Boião de Fruta	0,50 €		
Fruta em calda	1,40 €		
Café solúvel	1,50 €		
Gelatina	0,70 €		
Sobrema Instantânea	0,50 €		
Farinha de trigo	0,80 €		
Sumos 200ml	0,25 €		
Sumos 1L	1,30 €		



LACTICÍNIOS			
Produto	Valor	Quant.	Total
Leite 1L	0,55 €		
Leite branco 200 ml	0,25 €		
Leite achocolatado	0,40 €		
Natas 200 ml	0,50 €		

HIGIENE			
Produto	Valor	Quant.	Total
Shampoo	1,30 €		
Gel de banho	1,70 €		
Escova dentes - ad	3,00 €		
Escova dentes - cr	3,00 €		
Pasta de dentes - ad	1,00 €		
Pasta de dentes - cr	1,00 €		
Toalhetas	1,75 €		
Creme Hidratante	4,00 €		
Pensos Higiénicos	1,30 €		
Fraldas Tam:	10,00 €		
Papel Higiénico	0,25 €		
Guardanapos	1,00 €		
Esponja de Banho	0,45 €		
Desodorizante Mulher	1,10 €		
Desodorizante Homem	1,10 €		
Sabonetes	0,90 €		
Sabonete Líquido	1,00 €		
Cotonetes	0,50 €		

LIMPEZA			
Produto	Valor	Quant.	Total
Esfregão de Arames	0,65 €		
Esfregão da Loiça	0,25 €		
Panos	0,40 €		
Guardanapos	1,00 €		
Rolo de cozinha	0,30 €		
Deterg. Loiça	1,20 €		
Deterg. Roupa Máq.	3,40 €		
Deterg. Roupa Mão	1,30 €		
Amaciador Roupa	1,80 €		
Deterg. Lava Tudo	1,00 €		
Lixívia	0,70 €		

Família: _____

Total


Data de entrega da lista: ____/____/____ Assinatura: _____

Contacto telefónico: _____

Observações: _____

EXISTIMOS PARA TI

Anexo F - Ação Mercearia Solidária: angariar produtos para a Mercearia +
Fonte: APDJ



Programa
FAMÍLIAS+

RECOLHA DE BENS ESSENCIAIS

A **APDJ** — “Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundada em 1998, em Sintra.

A **APDJ** tem um posicionamento estratégico bem definido: ser uma Instituição com Clientes e Parceiros satisfeitos, distinta pela sua cultura, empenhamento, inovação e criatividade, que aposta na colocação da Psicologia ao serviço da Escola, da Educação e da Família para que a aliança com a Saúde Mental seja uma realidade no contexto educativo em geral.

No **Programa Famílias+**, famílias ajudam outras famílias doando bens alimentares, produtos de limpeza e de higiene para a nossa Mercearia Solidária. Pretendemos assim convidar todas as pessoas a participar nesta campanha trazendo os donativos de acordo com a lista indicativa dos bens.

ESTAMOS A FAZER A DIFERENÇA E AJUDAR QUEM MAIS PRECISA:
DETERGENTE-LOIÇA | ESFREGÃO | PANOS DA LOIÇA | LAVA TUDO |
LAVA WC | LÍXIVIA | DETERGENTE-ROUPA | AMACIADOR-ROUPA |

APDJ
Associação para a Promoção do Desenvolvimento Juvenil

EXISTIMOS PARA TI!



Anexo G - A Quermesse de Natal e Rifas

Fonte: Autoria própria



Anexo H - A missão Luas a metro
Fonte: APDJ



LUAS A METRO

1ª MISSÃO

ESTA É UMA MISSÃO POSSÍVEL!

Vamos ligar escola a escola, parceiro a parceiro, metro a metro.

0,10€ = 1 METRO

NIB: 0033 000000 202 1468 37 05

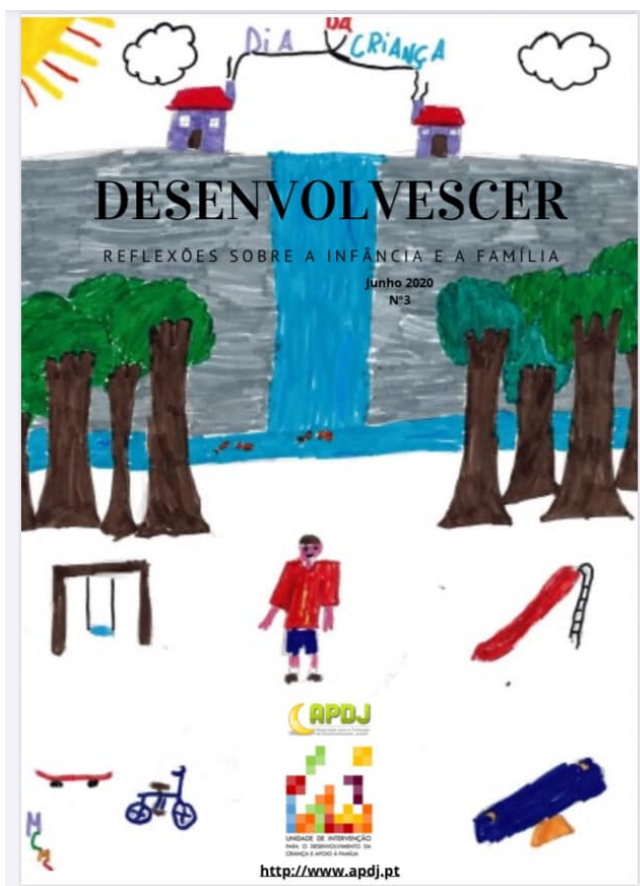
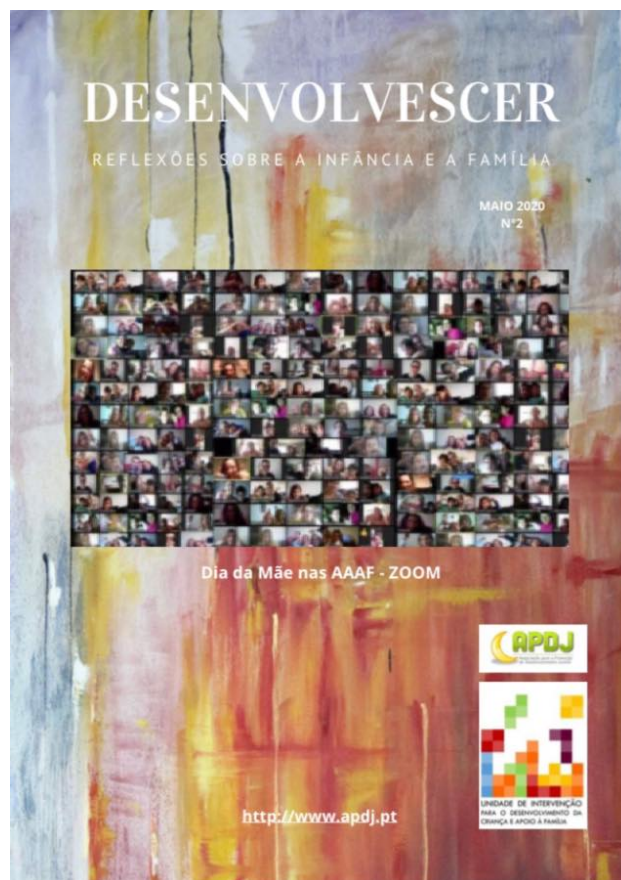
MBWAY: 964613730
com indicação MLUASM

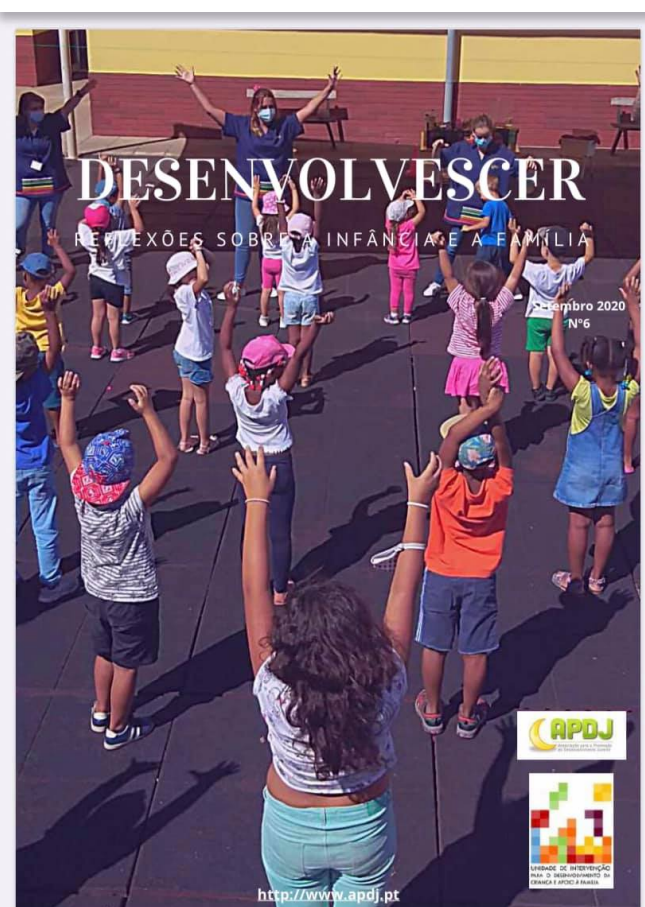
11.11.20 - Dia da Missão

EXISTIMOS PARA TI!

The poster features a green background with a yellow sun. On the left, a line drawing of a person with a cane stands on a path. On the right, a diagonal banner contains the date '11.11.20 - Dia da Missão'. There are also orange footprints and a small triangle graphic.

Anexo I - Revista Técnica DESENVOLVESCE
Fonte: APDJ





Anexo J - Os convívios

Fonte: APDJ



“ERA UMA VEZ”
imaginar, sonhar
e CRIAR

**6º EN-
CONTRO
APDJ**

**COMISSÃO-
ORGANIZADORA**
Prof. Dr. Nuno Colaço
Dra. Joana Melo da Silva
Dra. Marta Santos
Dra. Inês Branco

**15 outubro
dois mil
e vinte
9h 00**

**Audi-
tório
do Centro
Lúdico
MASSAMA**

**IMAGINAR
E FAZ DE CONTA**
Escritora Sara Rodi
e Dra. Melanie Tavares

**NO JARDIM DE INFÂNCIA
BRINCAMOS AO APRENDER**
Educadora Joana Mendonça

**O SONHO DE UMA
CRIANÇA PODE (MESMO)
MUDAR O MUNDO!**
Prof. Rui Loureiro

**BRINCAR: UMA QUESTÃO
DE DIREITO. DESENVOLVIMENTO E ATITUDE**
Dra. Ana Lourenço

IDEIAS PARA MUDAR O MUNDO
Investigador Frederico Lopes
INTERVENÇÃO ON-LINE



APÓIOS



INFORMAÇÕES

uidcriancafamilia.apdj@gmail.com
R. Paulo Reis Gil, 55 - 2745-195-Que



“ERA UMA VEZ”
imaginar, sonhar
e CRIAR

**6º EN-
CONTRO
APDJ**

PROGRAMA

9H00
Acolhimento

9H30
Sessão de Abertura + contador de histórias
Dr.ª Joana Melo da Silva Presidente APDJ
Dr. Eduardo Quinta-Nova Vereador Ação Social CMS (A CONFIRMAR)
Dr. Pedro Brás Presidente da União de Freguesias
de Massamá e Monte-Alto

10H30-12H30
MESA 1: VERBO IMAGINAR
Imaginar e Faz de Conta
Uma conversa entre: Sara Rodi Escritora
e Dra. Melanie Tavares Coordenadora do Setor da Atividade Lúdica
do Instituto de Apoio à Criança
Moderadora: Cláudia Manata Professora e autora

12H30-14H00
Pausa para Almoço

14H00-15H30
MESA 2: VERBO SONHAR
Moderadora: a confirmar

**Brincar: uma questão de Direito,
Desenvolvimento e Atitude**
Dra. Ana Lourenço
Psicóloga, Instituto de Apoio à Criança

No Jardim de Infância Brincamos ao Aprender
Educadora Joana Mendonça
Centro Paroquial do Estoril



15 outubro

15H30-17H00
MESA 3: VERBO CRIAR
Moderador: Dr. Joaquim Miranda,
Gestor de Empresas e Dirigente Associativo

**O Sonho de uma Criança
Pode (Mesmo) Mudar o Mundo!**
Professor Rui Loureiro
Mentor do Projeto de Inovação Social Sonhadorismo

Ideias para Mudar o Mundo
Frederico Lopes (INTERVENÇÃO ON-LINE)
Investigador, Laboratório de comportamento
motor da Faculdade de Motricidade Humana - Univ. Lisboa,
Brinconauta, Associação Macaquinho do Xinês

17H00-17H15
Espaço para debate

17H15
**Sessão
de Encerramento**
Professor Nuno Colaço

Anexo K - Kit mãos à Obra
Fonte: APDJ



Anexo L - Lista escolas 2
Fonte: APDJ

No âmbito do GAT Itinerante atuamos nas seguintes escolas/instituições

- Agrupamento de Escolas D. Maria II
 - Agrupamento de Escolas Queluz-Belas
 - Associação de Pais da ESPAN (Escola Secundária Padre Alberto Neto)
 - Associação de Pais da Escola Básica 1º Ciclo N.º2 de Mira-Sintra
 - NAPARB (Núcleo de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Ruy Belo)
 - Associação de Pais da Escola Básica 1º Ciclo de Tercena
 - Todos os agrupamentos de Escola onde a APDJ desenvolve as AAAF, com exceção do Agrupamento Alfredo da Silva.
 - Infantário As Quatro Estações
 - Infantário Do Povo
 - Infantário o Cisne
 - Infantário a Mimi
 - Externato Nossa Senhora da Paz
 - ATL Bellas Notas
 - Associação Arte D Aprender
 - Creche/Jardim Infantil "O Caracol"
 - Casa Nossa Senhora de Fátima
-
- Centro de Promoção do Sucesso Escolar - "São Rafael"
 - Externato Nossa Senhora da Paz - Amadora
 - Centro Sagrada Família
 - Centro de Estudos "Nota Máxima" - Monte-Abraão
 - Centro de Estudos "Pé de Alecrim" - Massamá

Anexo M - Tabela de Análise (em Excel)

Fonte: Autoria Própria

nº	Ano Letivo	Género	Data Nasc.	Data Início	Naturalidade	Nacionalidade	Tipo Agregado	Nº ele men	Sit. Profiss	Abo nos	RSI	SD	SS D	Rendimentos	Capitaçã o	Residência	Escolaridade	Merc earia +	Bouti que +	FEA C	Acm. Socia l	(*) semen tes	PRO CO M	PAFI (PSI)	GEP E	PAEMP REGO	Idade
1	2016-2017	Feminino	25/05/56	03/03/16	Lisboa	Portuguesa	Conjugada	3	Reformada	Sim	Não	Não	Não	237,65 €	-17,5	Queluz e Belas	Formação Profissional	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	65
2	2016-2017	Feminino	19/10/84	17/12/85	Angola	Portuguesa	Conjugada	5	Empregada	Sim	Não	Não	Não	1 142,00 €	144,00 €	Casal de Cambra	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	37
3	2016-2017	Feminino	25/06/73	25/06/15	Angola	Portuguesa	Nuclear	4	Empregada	Sim	Não	Não	Não	495 €	69,00 €	Casal de Cambra	1º Ciclo	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	48
4	2016-2017	Feminino	desconhecida	24/01/17	S. Tomé	S. Tomense	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Não	Não	S/rendimentos		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	desconhecida
5	2016-2017	Masculino	13/03/65	19/03/15	Angola	Portuguesa	Conjugada	5	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	581 €	-78,2	Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	56
6	2016-2017	Feminino	28/12/84	30/07/15	Guiné	Guineense	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	desconhecido		Massamá e Monte Abraão	Licenciatura	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	37
7	2016-2017	Masculino	07/01/74	24/01/17	S. Tomé	Portuguesa	Conjugada	6	Desempregada	Não	Não	Não	Não	S/rendimentos		Casal de Cambra	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	47
8	2016-2017	Feminino	17/01/59	11/04/17	Cabo-Verde	Cabo-Verdiana	Monoparental	6	Desempregada	Sim	Não	Sim	Não	335,19 €	50,86 €	Queluz e Belas	S/ Escolaridade	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	62
9	2016-2017	Feminino	20/01/70	18/01/17	Cabo-Verde	Cabo-Verdiana	Nuclear	7	Empregada	Sim	Não	Não	Não	757,00 €	34,57 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	51
10	2016-2017	Feminino	08/10/51	08/04/15	Cabo-Verde	Cabo-Verde	Nuclear	4	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	1 198 €	85,94 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	70
11	2016-2017	Feminino	23/01/58	19/12/11	Lisboa	Portuguesa	Outro	5	Desempregada	Sim	Sim	Não	Não	270,00 €		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	63
12	2016-2017	Feminino	09/09/75	03/06/16	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	273,33 €	63,90 €	Queluz e Belas	S/ Escolaridade	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	46
13	2016-2017	Feminino	22/02/80	05/01/17	Angola	Angolana	Monoparental	6	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	435,57 €	10,73 €	Queluz e Belas	S/ Escolaridade	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	41
14	2016-2017	Feminino	20/10/74	18/02/15	Lisboa	Portuguesa	Conjugada	5	Desempregada	Sim	Sim	Não	Não	248 €		Massamá e Monte Abraão	9º Ano	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	47
15	2016-2017	Feminino	14/05/80	06/12/16	Guiné-Bissau	Guineense	Monoparental	2	Empregada	Sim	Não	Não	Não	747,19 €		Casal de Cambra	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	41
16	2016-2017	Feminino	19/09/61	05/11/14	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	1	Desempregada	Não	Sim	Não	Não	S/rendimentos		Queluz e Belas	9º Ano	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	60
17	2016-2017	Feminino	12/09/67	19/05/15	Angola	Portuguesa	Monoparental	2	Empregada	Sim	Não	Não	Não	558,14 €		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	54
18	2016-2017	Feminino	desconhecida	desconhecida	Cabo-Verde	Portuguesa	Outro	7	Empregada	Não	Não	Não	Não	desconhecido		Massamá e Monte Abraão	desconhecida	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	desconhecida
19	2016-2017	Feminino	03/11/75	20/01/17	S. Tomé	Cabo-Verdiana	Nuclear	4	Empregada	Sim	Não	Não	Não	1 060 €	140,00 €	Casal de Cambra	desconhecida	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	46
20	2016-2017	Feminino	02/09/83	17/02/16	Brasil	Brasileira	Monoparental	2	Empregada	Não	Não	Não	Não	430,00 €		Massamá e Monte Abraão	Formação Profissional	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	38
21	2016-2017	Masculino	05/06/73	12/05/16	Cabo-Verde	Cabo-Verdiana	Nuclear	4	Empregada	Não	Não	Não	Não	desconhecido		desconhecida	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	48
22	2016-2017	Feminino	10/08/71	00/01/00	Cabo-Verde	Cabo-Verdiana	Monoparental	2	Empregada	Sim	Não	Não	Não	desconhecido		Queluz e Belas	6º ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	50
23	2016-2017	Feminino	05/11/74	18/11/15	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Sim	Não	Não	305,19 €		Queluz e Belas	6º ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	47
24	2016-2017	Feminino	18/01/82	19/06/15	Guiné	Guineense	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	S/rendimentos		Queluz e Belas	6º ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	39
25	2016-2017	Feminino	09/05/71	2009	Mocambique	Portuguesa	Conjugada	3	Empregada	Sim	Sim	Não	Não	786,00 €		Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	50
26	2016-2017	Feminino	28/06/66	06/11/13	Lisboa	Portuguesa	Nuclear	8	Desempregada	Sim	Sim	Não	Não	86,00 €		Queluz e Belas	1º Ciclo	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	55
27	2016-2017	Feminino	12/01/75	04/04/13	Guiné	Guineense	Monoparental	2	Empregada	Sim	Não	Não	Não	desconhecido		Queluz e Belas	9º Ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	46
28	2016-2017	Feminino	19/01/81	05/04/17	Desconhecida	Outro	4	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	561,00 €	60,33 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	40
29	2016-2017	Feminino	09/03/70	2013	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	4	Empregada	Sim	Não	Não	Não	635,57 €		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	51
30	2016-2017	Feminino	06/02/68	28/03/17	Lisboa	Portuguesa	Outro	4	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	811,04 €	124,03 €	Massamá e Monte Abraão	9º Ano	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	53
31	2016-2017	Feminino	desconhecida	desconhecida	Mocambique	Portuguesa	Desconhecida	4	Desconhecida	Não	Não	Não	Não	desconhecido		desconhecida	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	desconhecida
32	2016-2017	Feminino	13/04/78	06/03/17	Guiné-Bissau	Guineense	Nuclear	5	Empregada	Sim	Não	Não	Não	566,83 €	2,83 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	43
33	2016-2017	Feminino	29/08/57	19/02/16	Guiné-Bissau	Guineense	Desconhecida	5	Desconhecida	Sim	Não	Não	Não	desconhecido		desconhecida	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	64
34	2016-2017	Feminino	29/01/79	22/02/16	Lisboa	Portuguesa	Conjugada	5	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	811,57 €		Queluz e Belas	9º Ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	42
35	2016-2017	Feminino	01/10/84	03/12/15	Lisboa	Portuguesa	Conjugada	5	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	360 €		Queluz e Belas	1º Ciclo	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	37
36	2016-2017	Feminino	21/01/68	05/02/15	Lisboa	Portuguesa	Nuclear	7	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	desconhecido		desconhecida	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	53
37	2016-2017	Feminino	26/04/75	24/06/14	Angola	Angolana	Monoparental	4	Desempregada	Sim	Não	Sim	Não	desconhecido		Queluz e Belas	9º Ano	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	46
38	2016-2017	Feminino	16/07/90	02/05/17	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	S/rendimentos		Queluz e Belas	9º Ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	31
39	2016-2017	Feminino	desconhecida	12/01/17	Cabo-Verde	Cabo-Verdiana	Monoparental	2	Empregada	Não	Não	Não	Não	desconhecido		desconhecida	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	desconhecida
40	2016-2017	Masculino	02/09/48	20/10/15	Lisboa	Portuguesa	Outro	1	irmada por invál	Sim	Não	Não	Não	201,66 €		Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	73
41	2016-2017	Feminino	desconhecida	desconhecida	Guiné-Bissau	Portuguesa	Outro	2	Empregada	Sim	Não	Não	Não	desconhecido		Massamá e Monte Abraão	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	desconhecida
42	2016-2017	Feminino	desconhecida	06/01/17	Portuguesa	Outro	2	Reformada	Sim	Não	Não	Não	Não	desconhecido		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	34
43	2017-2018	Feminino	25/04/87	20/06/17	Desconhecida	Monoparental	3	Empregada	Sim	Não	Não	Não	Não	desconhecido		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	37
44	2017-2018	Feminino	19/10/84	17/12/15	Angola	Portuguesa	Conjugada	5	Empregada	Sim	Não	Não	Não	1 410 €	113,80 €	Casal de Cambra	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	37
45	2017-2018	Feminino	15/12/94	16/10/17	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	362,92	156,46	Queluz e Belas	9º Ano	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não		

nº	Ano Letivo	Género	Data Nasc.	Data Início	Naturalidade	Nacionalidade	Tipo Agregado	Nº elementos	Sit. Profiss.	Abo nos	RSI	SD	SS D	Rendimentos	Capitulação	Residência	Escolaridade	Mercado de Trabalho	Boutique	FEA C	Acm. Social	(+) Sementes	PRO CO M	PAFI (PSI)	GEP E	PAEMP REGO	Idade
100	2018-2019	Feminino	21/12/72	20/09/18	Angola	Portuguesa	Monoparental	4	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	500,00 €		Queluz e Belas	12º Ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	49
101	2018-2019	Feminino	24/02/88	11/05/18		Portuguesa	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	431,00 €	1,13 €	Queluz e Belas	12º Ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	33
102	2018-2019	Feminino	15/12/94	16/10/17	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	362,92	156,46	Queluz e Belas	9º Ano	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	27
103	2018-2019	Masculino	10/07/84	16/04/18	Guiné-Bissau	Guineense	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	110,00 €	50,00 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	37
104	2018-2019	Feminino	07/02/85	14/12/17	Guiné-Bissau	Guineense	Monoparental	2	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	396,00 €	62,75 €	Casal de Cambra	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	36
105	2018-2019	Feminino	09/09/75	03/06/16	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	2	Empregada por inválida	Sim	Sim	Sim	Sim	273,33 €	63,90 €	Queluz e Belas	S/ Escolaridade	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	46
106	2018-2019	Feminino	01/11/83	21/11/17	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Monoparental	4	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	637,00 €	22,50 €	Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	38
107	2018-2019	Feminino	22/02/80	26/09/16	Angola	Angolana	Monoparental	6	Desempregada	Sim	Não	Sim	Sim	284,76 €	-10,87	Massamá e Monte Abraão	S/ Escolaridade	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	41
108	2018-2019	Feminino	16/08/77	17/06/17	Guiné-Bissau	Guineense	Monoparental	3	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	535,00 €	74,10 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	44
109	2018-2019	Feminino	13/05/84	23/05/18	Angola	Angolana	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	500 €	83,33 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	37
110	2018-2019	Feminino	16/04/76	17/05/17	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	535,00 €	52,99 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	45
111	2018-2019	Feminino	19/09/61	05/11/14	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	1	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Não	S/rendimentos		Queluz e Belas	9º Ano	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	60
112	2018-2019	Feminino	12/09/67	19/05/15	Angola	Portuguesa	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Não	desconhecido		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	54
113	2018-2019	Masculino	03/10/64	05/12/17	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Nuclear	5	Desempregada	Não	Sim	Sim	Sim	680 €	36 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	57
114	2018-2019	Feminino	06/03/79	26/04/18		Desconhecida	Outro	2	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	650,00 €	89,26 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	42
115	2018-2019	Feminino	29/05/56	18/10/18		Portuguesa	Monoparental	2	Empregada por inválida	Sim	Sim	Sim	Sim	315,75 €	-31,56	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	65
116	2018-2019	Feminino	29/07/92	19/11/17	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Conjugada	4	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	1 144 €		Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	29
117	2018-2019	Masculino	05/09/77	02/02/18	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Nuclear	3	Desempregada	Não	Sim	Sim	Sim	700,00 €	100,00 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	44
118	2018-2019	Masculino	28/02/67	21/11/17	Cabo-Verde	Portuguesa	Nuclear	6	Empregada por motivos de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	956,38 €	75,14 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	54
119	2018-2019	Feminino	24/04/64	11/04/18	Angola	Angolana	Monoparental	4	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	472,00 €	5,50 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	57
121	2018-2019	Feminino	05/11/74	18/11/15	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	317 €	83,50 €	Queluz e Belas	6º ano	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	47
122	2018-2019	Feminino	10/05/65	19/05/17	Angola	Portuguesa	União facta	2	Empregada por motivos de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	520 €	95,00 €	Queluz e Belas	1º Ciclo	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	56
123	2018-2019	Feminino	16/06/80	01/10/17	Brasil	Brasileira	Conjugada	5	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	975	66,32	Queluz e Belas	12º Ano	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	41
124	2018-2019	Feminino	31/07/62	06/01/17	Lisboa	Portuguesa	Outro	2	Reformada	Sim	Sim	Sim	Sim	479	178	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	59
125	2018-2019	Feminino	29/09/74	29/01/05	Guiné-Bissau	Portuguesa	Monoparental	5	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	927,19 €	62,82 €	Queluz e Belas	9º Ano	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	47
126	2018-2019	Masculino	20/11/52	16/01/18	Angola	Portuguesa	Monoparental	1	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	140,6	89,93 €	Queluz e Belas	9º Ano	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	69
127	2018-2019	Feminino	23/12/65	03/07/17	Angola	Cabo-verdiana	Monoparental	2	Empregada por motivos de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	191,00 €	-94,5	Queluz e Belas	6º ano	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	56
128	2018-2019	Feminino	18/01/82	19/06/15	Guiné	Guineense	Conjugada	3	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	variáveis		Queluz e Belas	6º ano	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	39
129	2018-2019	Feminino	11/12/51	29/06/16	Tomar	Portuguesa	Monoparental	1	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	333,53 €	120,13 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	70
130	2018-2019	Feminino	21/12/51	17/09/14	Cabo-Verde	Portuguesa	Outro	2	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	1 172,53 €	291,14 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	70
131	2018-2019	Feminino	14/04/63	29/11/17	Beja	Portuguesa	Reconstituído	3	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	1 030 €	103,22 €	Massamá e Monte Abraão	6º ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	58
132	2018-2019	Feminino	25/09/45	28/06/16	Fundão	Portuguesa	Monoparental	1	Reformada	Sim	Não	Não	Não	653,00 €	119,50 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	76
133	2018-2019	Feminino	11/01/80	21/01/18	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Monoparental	3	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	675,00 €	84,00 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	41
134	2018-2019	Feminino	27/03/84	27/11/18	Guiné-Bissau	Guineense	Monoparental	3	Empregada com baixa	Sim	Sim	Sim	Sim	S/rendimentos		Queluz e Belas	9º Ano	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	37
135	2018-2019	Feminino	13/03/80	15/09/17	Angola	Angolana	Monoparental	3	Empregada por motivos de saúde	Sim	Sim	Sim	Sim	280,00 €	-21,53	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	41
136	2018-2019	Feminino	26/12/73	27/03/17	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	350,00 €		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	48
137	2018-2019	Masculino	14/08/61	27/11/18	Cabo-Verde	Portuguesa	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	719,00 €	98,56 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	60
138	2018-2019	Masculino	25/01/87	mail/17	Índia	Indiana	Nuclear	5	Desempregada	Não	Não	Não	Não	557 €	76,75 €	Queluz e Belas	Licenciatura	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	34
139	2018-2019	Feminino	13/04/78	06/03/17	Guiné-Bissau	Guineense	Nuclear	5	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	580,92 €	2,83 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	43
140	2018-2019	Feminino	22/04/83	04/07/18	Lisboa	Portuguesa	Monoparental	3	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	760,00 €	65,00 €	Queluz e Belas	12º Ano	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	38
141	2018-2019	Feminino	12/09/72		Angola	Portuguesa	Monoparental	2	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	591,00 €	539,00 €	Queluz e Belas	12º Ano	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	49
142	2018-2019	Feminino	08/07/81	11/05/18	Guiné-Bissau	Portuguesa	Monoparental	5	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	595,00 €	70,84 €	Queluz e Belas	6º ano	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	40
143	2018-2019	Masculino	19/04/84	20/06/17		Desconhecida	Nuclear	6	Desempregada	Não	Não	Não	Não	614,79 €	64,16 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	37
144	2018-2019	Masculino	16/01/90	22/05/18	Brasil	Brasileira	Nuclear	4	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	S/rendimentos		Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	31
145	2018-2019	Feminino	09/01/96	15/03/19	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Monoparental	2	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	616,41 €	449,78 €	Queluz e Belas	12º Ano	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25
146	2018-2019	Feminino	25/05/85	15/03/19	Angola	Angolana	Monoparental	3	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	700,00 €	95 €	Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	36
147	2018-2019	Feminino	15/05/71	10/05/19	Angola	Angolana	Monoparental	6	Empregada	Sim	Sim	Sim	Sim	1 010,00 €	80,80 €	Queluz e Belas	desconhecida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	50
148	2019-2020	Feminino	07/10/86	11/12/18	Guiné-Bissau	Portuguesa	Nuclear	6	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Não	1 100,00 €	89,26 €	Massamá e Monte Abraão	9º Ano	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	35
149	2019-2020	Feminino	19/10/84	17/12/15	Angola	Portuguesa	Conjugada	5	Empregada	Sim	Sim	Não	Não	1 379,00 €	170,66 €	Casal de Cambra	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	37
150	2019-2020	Feminino	15/05/71	13/05/19	Angola	Angolana	Monoparental	5	Empregada	Sim	Sim	Não	Não	1 010,00 €	80,80 €	Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	50
151	2019-2020	Feminino	08/04/78	13/09/19	Angola	Portuguesa	Monoparental	5	Empregada	Sim	Sim	Não	Não	1 176,00 €	7,60 €	Massamá e Monte Abraão	Licenciatura	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	43
152	2019-2020	Feminino	18/03/89	12/11/19	Guiné-Bissau	Guineense	Monoparental	3	Desempregada	Sim	Não	Não	Não	236,00 €	52,00 €	Queluz e Belas	9º Ano	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	32
153	2019-2020	Masculino	05/09/77	15/05/18	Cabo-Verde	Cabo-verdiana	Nuclear	4	Desempregada	Sim	Sim	Não	Não	654,25 €	52,31 €	Queluz e Belas	desconhecida	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	44
154	2019-2020	Feminino	16/06/80	25/01/18	Brasil	Brasileira	Conjugada	5	Desempregada	Sim	Sim	Sim	Sim	1 247,69 €	11												

Anexo N - Grelha Vertical
Fonte: Autoria própria

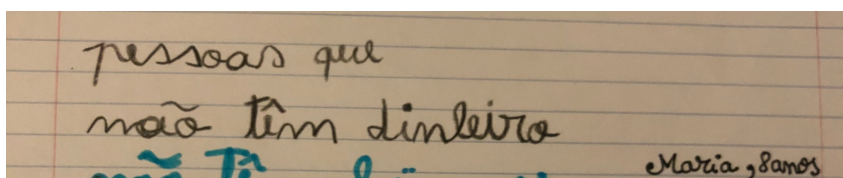
Grelha Vertical

Unidade Familiar nº

15

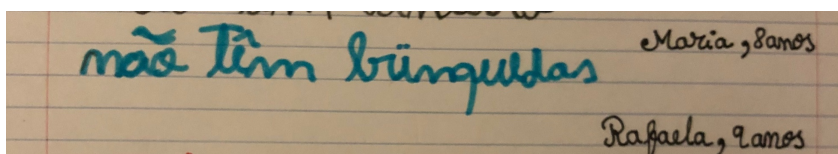
Perguntas	Respostas
Entrevistado nº	15
Ano Letivo	2016-2017
Género	Feminino
Data Nasc.	14/05/80
Data Início	06/12/16
Naturalidade	Guiné-Bissau
Nacionalidade	Guineense
Tipo Agregado	Monoparental
Nº elementos	2
Sit. Profiss	Empregada
Abonos	Sim
RSI	Não
SD	Não
SSD	Não
outros	747,19
Rendimentos	0,00 €
Capitação	Casal de Cambra
Residência	desconhecida
Escolaridade	Sim
Diagnóstico Social	Não
Mercearia +	Não
Boutique +	Não
FEAC	Não
R. Comunitários	Não
Acm. Social	Não
(+) sementes	Não
PROCOM	Não
PAFI (PSI)	41
GEPE	0
PAEMPREGO	0
Outras Observações	0
Idade	0

Anexo O - Testemunho de Maria, 8 anos
Fonte: Aluna 1ºCiclo



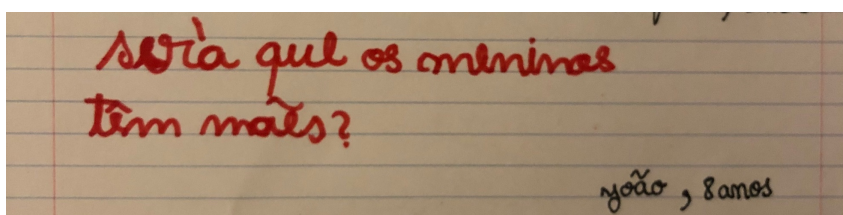
pessoas que
não têm dinheiro
mãe tem Maria, 8 anos

Anexo P - Testemunho de Rafaela, 9 anos
Fonte: Aluna 1ºCiclo



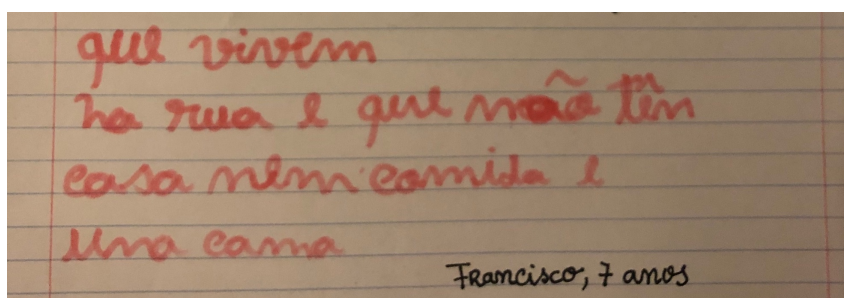
não têm brinquedos Maria, 8 anos
Rafaela, 9 anos

Anexo Q - Testemunho João, 8 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo



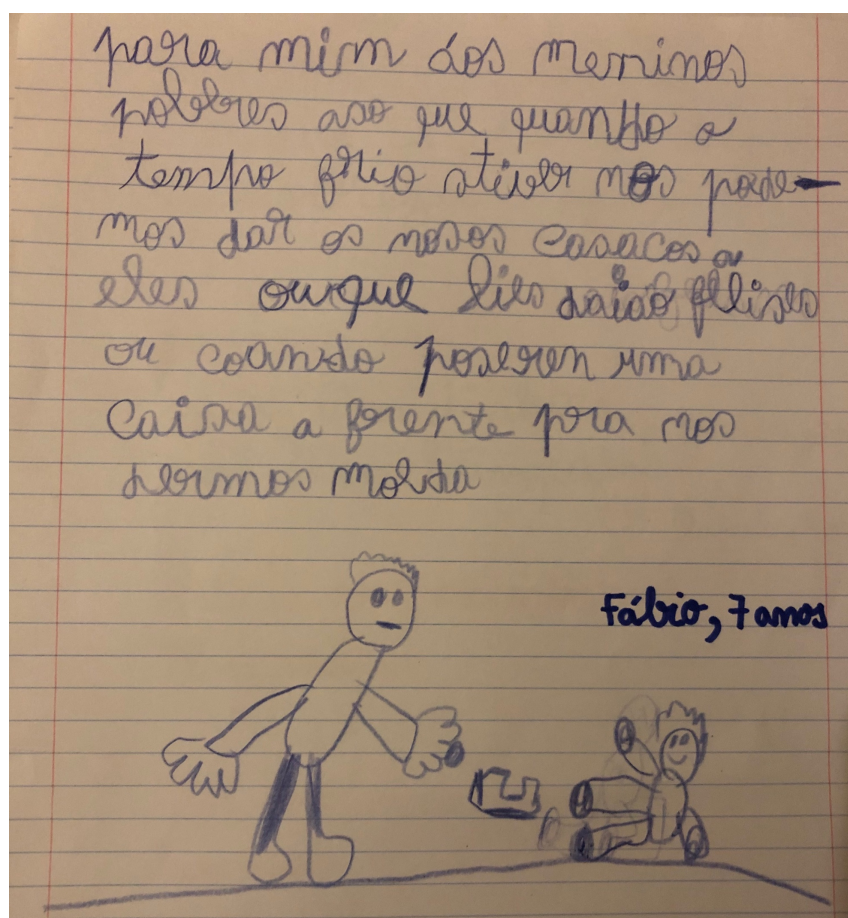
seria que os meninos
têm mães?
João, 8 anos

Anexo R - Testemunho Francisco, 7 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo

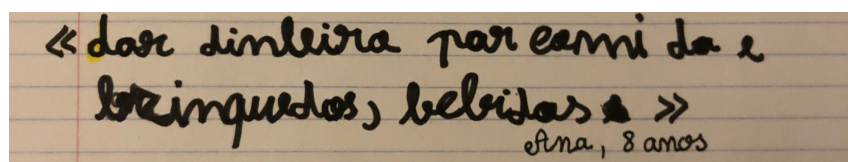


que vivem
na rua e que não têm
casa nem comida e
uma cama Francisco, 7 anos

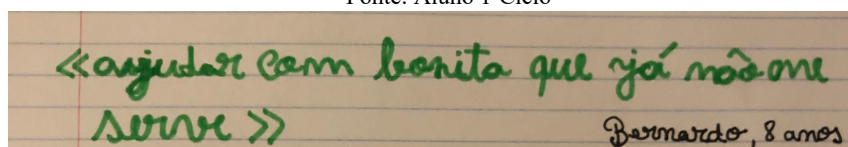
Anexo S - Testemunho Fábio, 7 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo



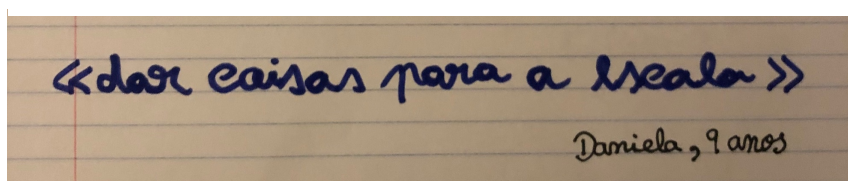
Anexo T - Testemunho Ana, 8 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo



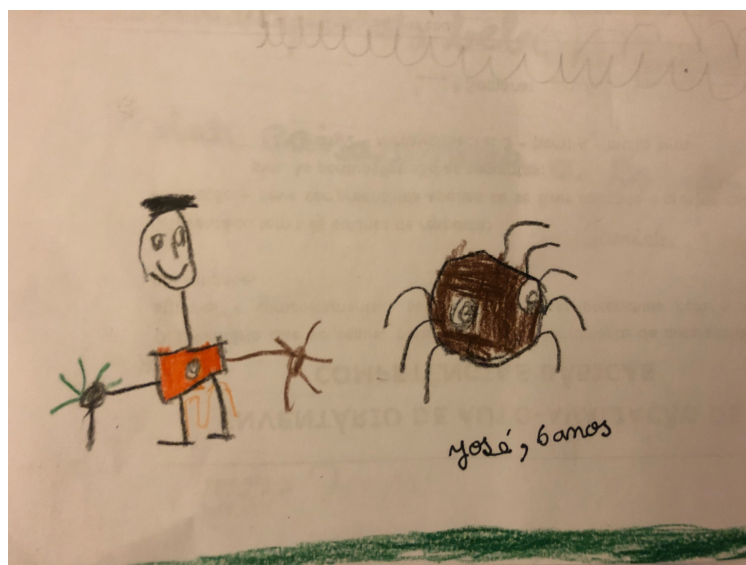
Anexo U - Testemunho Bernardo, 8 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo



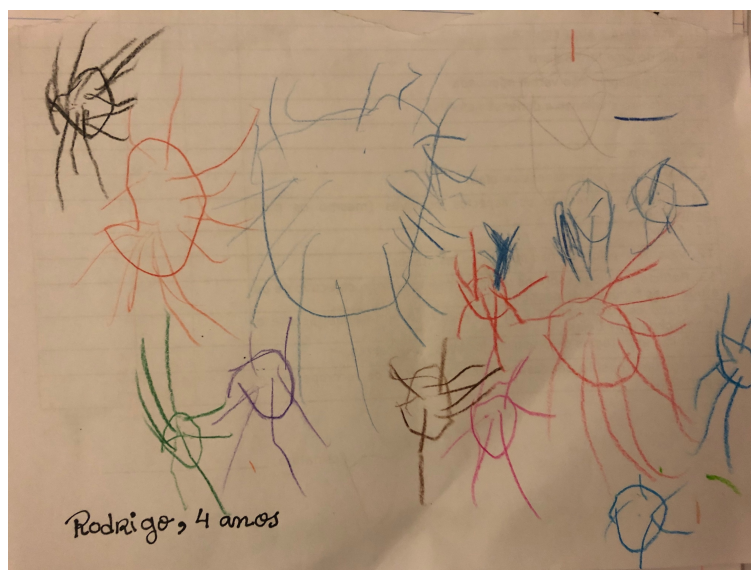
Anexo V - Testemunho Daniela, 9 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo



Anexo W - Testemunho José, 6 anos
Fonte: Aluno 1ºCiclo



Anexo X - Testemunho Rodrigo, 4 anos
Fonte: Aluno Pré-escolar



Anexo Y - Testemunho Rita, 6 anos
Fonte: Aluna Pré-escolar



Anexo Z - Testemunhos do Pré-Escolar
Fonte: Alunos Pré-escolar

